

CDHM

**COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E MINORIAS**

Brasília
2019



Câmara dos Deputados

56ª Legislatura (2019-2022)

1ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Rodrigo Maia

1º Vice-Presidente

Marcos Pereira

2º Vice-Presidente

Luciano Bivar

1º Secretária

Soraya Santos

2º Secretário

Mário Heringer

3º Secretário

Fábio Faria

4º Secretário

André Fufuca

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Rafael Motta

2º Suplente

Geovania de Sá

3º Suplente

Isnaldo Bulhões Jr

4º Suplente

Assis Carvalho

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Presidente

Helder Salomão

1º Vice-Presidente

Padre João

2º Vice-Presidente

Túlio Gadêlha

3º Vice-Presidente

Camilo Capiberibe

Secretária-Executiva

Marina Basso Lacerda

Chefe de Serviço

Clotildes de Jesus Vasco

Assessoria legislativa

Adalberto Angelo Custodio

Adla Micheline de Sousa Oliveira

Andréia de Andrade Taborda

Clemilda Souza Neto Pimentel Ferreira

José de Souza Pennafort Neto

Lucas Assis Nascimento

Mariana Trindade Oliveira

Rogério Augusto Neuwald

Simone Machado de Mendonça

Comunicação

Elen Pedro Calvi Filho

Fernando Luis Brito da Silva

Pró-adolescente

Davi da Silva Santana

Diretoria Legislativa

Afrísio De Souza Vieira Lima Filho

Departamento de Comissões

Wagner Soares Padilha

CRÉDITOS

Projeto gráfico e capa
Serviço de Publicidade

Texto

Elen Pedro Calvi Filho

Diagramação e Fotos

Fernando Bola

Edição

Deputado Helder Salomão
Marina Basso Lacerda





Sumário

Apresentação	7
Membros	10
CDHM em números	15
Diligências.....	16
Temas	18
Conselhos e participação social.....	19
Defensores de direitos humanos	21
Direitos LGBT	24
Direitos da infância e adolescência	27
Direito à moradia e ao trabalho	29
Direitos das mulheres.....	31
Direitos dos povos indígenas.....	33
Justiça	40
Liberdade de expressão.....	45
Matriz africana	48
Memória, verdade e justiça.....	51
Mineração	54
Parceria com Nações Unidas	62
Previdência social	65
Quilombolas e a Base de Alcântara	67
Refugiados e deslocados	70
Saneamento básico	75



Saúde e inclusão.....	77
Saúde mental.....	82
Segurança alimentar.....	85
Segurança pública	91
Tortura e sistema prisional.....	97
Terra e território.....	102
Violência na Amazônia	108



Apresentação

Os direitos humanos são normas jurídicas, previstas em tratados internacionais e na Constituição Federal, que decorrem das experiências históricas de violação da dignidade humana, e dizem respeito à ação do Estado ou à sua omissão na realização desse princípio. Os direitos humanos regem as relações entre desiguais e protegem indivíduos ou grupos ostensivamente mais fracos.

Mas o ambiente hegemônico no Brasil de 2019 foi de ataque e incompreensão a esse respeito. Quando recebemos a missão de presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) sabíamos que seria um grande desafio: buscar a defesa intransigente desses princípios em um momento em que cresce uma visão deturpada do que isso significa, e em que esses direitos são atacados inclusive pelas mais altas autoridades da República.

Com o empenho dos Vice-presidentes Padre João, Túlio Gadêlha e Camilo Capiberibe, dos membros do colegiado, dos parlamentares defensores de direitos humanos e do corpo funcional da Câmara, e com a parceria de instituições do Estado, da sociedade civil e dos movimentos sociais, conseguimos cumprir a tarefa de defesa desses direitos, executando uma agenda extensa na área.

Foram realizadas 51 audiências públicas e 9 diligências, sobre os mais variados temas, como: defesa dos conselhos de participação social, defensores de direitos humanos, direitos LGBT, direitos da infância e adolescência, direito à moradia, direitos das mulheres, direitos dos povos indígenas, liberdade de expressão, matriz africana, memória, verdade e justiça, mineração, previdência social, saneamento básico, saúde mental, segurança alimentar, tortura e sistema prisional, terra e território e refugiados.

Após longo debate com parlamentares e representantes de entidades da sociedade civil, elaboramos e lançamos a Agenda de Segurança Pública e Direitos Humanos, que aponta para um novo paradigma na área; aprofundamos discussões que estiveram no centro da pauta nacional, como exemplo as revelações do portal The Intercept; demos visibilidade à luta dos quilombolas atingidos pelo acordo Brasil-Estados Unidos para lançamentos de foguetes na base de Alcântara, no Maranhão.

Aprovamos no colegiado o projeto de lei que criminaliza a LGBTfobia, pouco antes da decisão histórica do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a existência de crime por preconceito contra essa comunidade.

A CDHM fez parte das agendas prioritárias dos três relatores especiais da ONU que visitaram o Brasil em 2019. Além disso, os entendimentos com o Alto Comissariado para Direitos Humanos levaram à criação de um Observatório Parlamentar sobre o tema, que será sediado na Comissão em 2020. Trata-se de experiência pioneira no mundo e do primeiro instrumento de monitoramento estatal das recomendações recebidas pelo Brasil no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Este relatório oferece um panorama sobre os resultados obtidos durante o ano de 2019, fruto de muito trabalho, da dedicação e do comprometimento de todos os envolvidos.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara foi criada em 1995, após a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos ocorrida em 1993. É um dos principais atores nacionais em questões de direitos humanos, interlocutor relevante dos organismos internacionais da área, porta de entrada ao Parlamento para as demandas mais diversas.

Agradeço ao meu partido e a todos os membros do colegiado, que me concederam a honra e a oportunidade de conduzir esse trabalho tão necessário para a sociedade brasileira.



Helder Salomão

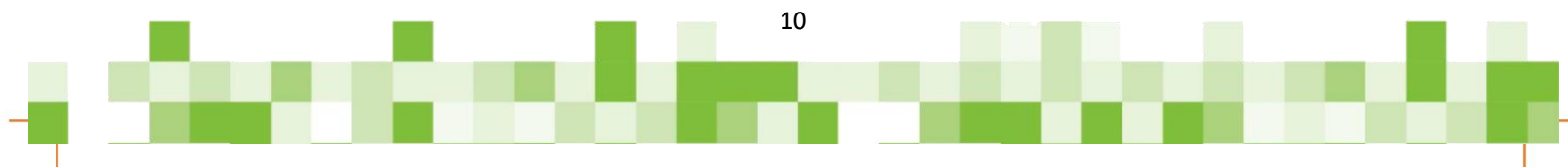
Deputado Federal PT/ES

Presidente

Presidente da CDHM, Helder Salomão, com delegação de indígenas Xucuru-kariri, em 27/8.



Membros





Presidente:

Helder Salomão (PT/ES)

1º Vice-Presidente:

Padre João (PT/MG)



2º Vice-Presidente:

Túlio Gadêlha (PDT/PE)



3º Vice-Presidente:

Camilo Capiberibe (PSB/AP)



Titulares



Abílio Santana
(PL/BA)



Aroldo Martins
(Republicanos/PR)



Bia Cavassa
(PSDB/MS)



Delegado Éder Mauro
(PSD/PA)



Filipe Barros
(PSL/PR)



Iracema Portela
(PP/PI)



Lauriete
(PL/ES)



Major Fabiana
(PSL/RJ)



Sóstenes Cavalcante
(DEM/RJ)



Eli Borges
(Solidariedade/TO)



José Medeiros
(PODE/MT)



Márcio Jerry
(PCdoB/MA)



Carlos Veras
(PT/PE)



Erika Kokay
(PT/DF)

Suplentes



Carlos Jordy
(PSL/RJ)



Delegado Antônio
Furtado (PSL/RJ)



Fernando Rodolfo
(PL/PE)



Flordelis
(PSD/RJ)



Guilherme Derrite
(PP/SP)



João Marcelo Souza
(MDB/MA)



Júlio Cesar Ribeiro
(Republicanos/DF)



Margarete Coelho
(PP/PI)



Milton Vieira
(Republicanos/SP)



Policial Katia Sastre
(PL/SP)



Shéridan
(PSDB/RR)



Idilvan Alencar
(PDT/CE)



Pr. Marco Feliciano
(PODE/SP)



Bira do Pindaré
(PSB/MA)



Frei Anastacio Ribeiro
(PT/PB)



Joenia Wapichana
(REDE/RR)



Patrus Ananias
(PT/MG)



Rogério Correia
(PT/MG)

CDHM em números

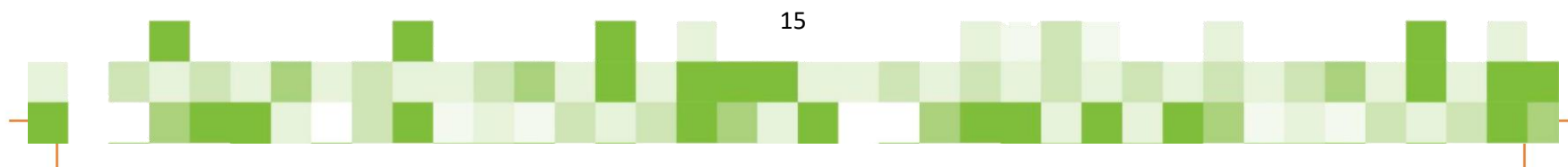
17 reuniões deliberativas

51 audiências públicas

7 seminários

9 diligências

95 denúncias atendidas



Diligências

OBJETIVOS	LOCAL	PERÍODO
Acompanhar as investigações a respeito dos massacres em presídios de Manaus, totalizando 55 assassinatos.	Amazonas	6 e 7 de junho
Verificar a situação dos quilombolas atingidos pelo Centro de Lançamento de Alcântara.	Maranhão	4 e 6 de julho
Verificar os casos de conflitos agrários existentes em Sinop.	Mato Grosso	5 de agosto
Verificar a situação e as circunstâncias sobre as condições de segurança, ameaça de morte e possíveis invasões das terras indígenas nas comunidades Waiãpi, especialmente as Aldeias Mariry, Yvytotô e Aramirã, bem como a morte do Cacique Emyra Waiãpi.	Amapá	16 e 17 de agosto
Verificar conflitos de terras e ameaça de despejo da comunidade de Porto do Capim.	Paraíba	29 e 30 de agosto
Verificar a situação referente à ordem de despejo proferida em desfavor do Centro de formação Paulo Freire, localizado no Assentamento Normandia em Caruaru.	Pernambuco	16 de setembro
Verificar a situação das populações atingidas pelos rejeitos provenientes do rompimento da barragem de Fundão em Mariana ao longo do Rio Doce.	Espírito Santo	3 a 5 de outubro
Averiguar denúncias sobre práticas de tortura e castigos no sistema prisional.	Ceará	4 a 7 de dezembro
Averiguar violações de direitos humanos nas comunidades de geraizeiros no oeste baiano.	Bahia	13 de dezembro

Diligência da CDHM a Alcântara (MA). Foto: Pedro Calvi.



Temas

Conselhos e participação social

Em 10/4 a CDHM promoveu uma audiência pública para discutir o que então era considerado paralisação e esvaziamento dos conselhos e comissões ligados ao governo federal. O encontro contou com a presença da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, e com representantes de grupos ligados aos conselhos e comitês do Executivo.

Na audiência, os integrantes dos colegiados denunciaram a falta de empenho do governo federal para que conselhos e comitês voltem a funcionar normalmente. Em contraposição, a ministra Damare Alves reconheceu a importância da sociedade civil e dos conselhos, e ainda afirmou que os órgãos estariam funcionando ou sendo recompostos.

Mas dois dias depois, em 12/4, o Decreto 9.579 de Jair Bolsonaro extinguiu, em massa, os colegiados de participação social sediados no Poder Executivo.

Sete relatores especiais da ONU ligados à defesa dos direitos humanos criticaram o decreto: “Ao longo dos anos, a participação da sociedade civil permitiu que diferentes setores da população se envolvessem diretamente na administração pública, particularmente no desenho, implementação e controle de políticas públicas”. No documento, os relatores afirmam que o Decreto é “prejudicial para a democracia brasileira, o estado de direito, a inclusão social e desenvolvimento econômico”. Além disso, contesta a justificativa do governo federal para a iniciativa, de racionalização das despesas dos recursos públicos.



Treze deputados apresentaram projetos para sustar o decreto de Bolsonaro. As propostas foram aprovadas pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e aguardam deliberação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A princípio só os conselhos não criados por lei seriam afetados. Mas mesmo esses sofreram intervenções. É o caso do Conselho Nacional de Direitos Humanos. No dia 27 de agosto, o Governo destituiu a Coordenadora-Geral escolhida pelo colegiado.

De acordo com levantamento do CNDH, outros Colegiados tiveram representantes da sociedade civil cassadas/os e presidentes indicados pelo governo e não eleitos por seus pares, assim como ataques à representação da sociedade civil: Mecanismo de Prevenção e Combate a Tortura (MNPCT), Conselho Nacional do Idoso (CNDI), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CNPD), Conselho Nacional de Combate à Discriminação

(CNCD/LGBT), Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial (CNPIR), Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS Rua), Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

O decreto 10.003/2019, de 5 de setembro, extinguiu o mandato de todos os conselheiros do CONANDA, eleitos e empossados em março deste ano, e mudou o funcionamento do órgão, definindo que os membros serão escolhidos por processo seletivo e não eleição. Seis deputados apresentaram projetos para sustar esse decreto.

A CDHM destinou R\$ 200 milhões de suas emendas à Lei Orçamentária Anual aos Conselhos.

Defensores de direitos humanos

Mandante de assassinatos no Pará é preso

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) denunciou, em 22/3, o assassinato de lideranças da organização. Dilma Ferreira Silva, da coordenação regional do MAB, seu marido Claudionor Amaro Costa da Silva e o amigo do casal Hilton Lopes foram encontrados amarrados e esfaqueados em um assentamento na área rural de Baião, na região da hidrelétrica de Tucuruí, no Sul do Pará.

Para ser construída, em 1974, a usina hidrelétrica de Tucuruí deslocou cerca de 32 mil pessoas. Desde então, famílias lutam para garantir seus direitos na região. Desse grupo de atingidos fazem parte quilombolas, indígenas de sete etnias, camponeses, ribeirinhos e pescadores artesanais. A construção da usina atingiu moradores das cidades e Tucuruí, Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna e Novo Repartimento.

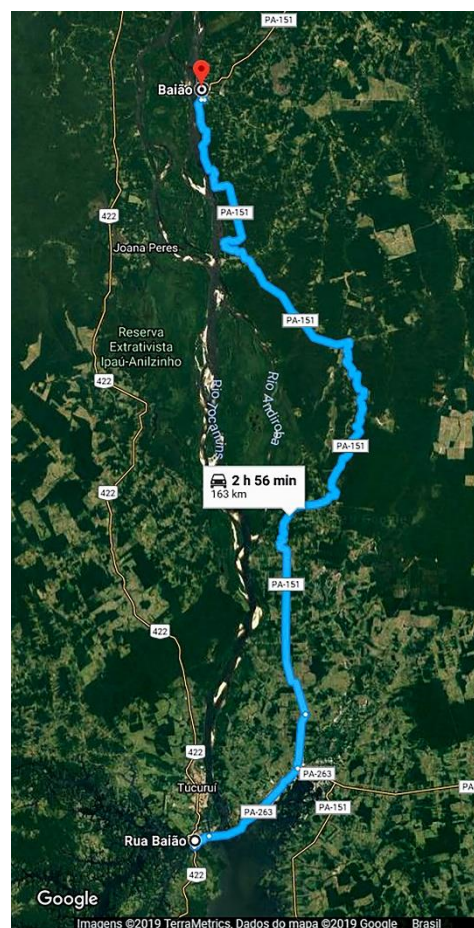
De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens, a hidrelétrica trouxe sérios impactos socioambientais, como mudanças no regime tradicional de uso e ocupação do território, a contaminação por substâncias nocivas, desmatamentos, queimadas e a falta de saneamento básico. Ainda como consequências o MAB aponta favelização das zonas urbanas, alcoolismo, piora na qualidade de vida e aumento da violência com assassinatos e agressões físicas.

No domingo (24/3) outros três corpos carbonizados foram encontrados em uma fazenda localizada nas imediações da vicinal da Martins, na mesma zona rural, no sudeste do Pará. As vítimas eram Marlete da Silva Oliveira Raimundo de Jesus Ferreira e Venilson da Silva Santos.

Logo após receber a denúncia, o presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES), solicitou providências ao governador do Pará, Helder Barbalho, ao secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Ualame Machado, e ao procurador-geral de Justiça, Giberto Martins.

O Escritório para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) condenou os assassinatos. Em nota oficial, o ACNUDH pediu às autoridades brasileiras uma investigação completa, independente e imparcial sobre os crimes.

No dia 26/3, Uálame Machado anunciou a prisão do suposto mandante dos assassinatos.



O suspeito é Fernando Ferreira Rosa Filho, conhecido como “Fernando Chalon”, dono de uma fazenda no município de Baião, onde os corpos foram localizados carbonizados. Ele teria contratado quatro matadores de aluguel, que ainda não foram presos e são alvo de diligências nos municípios de Novo Repartimento, Tucuruí e Baião.

Fernando Ferreira Rosa Filho, segundo depoimentos, queria ocupar uma parte das terras de Dilma e do marido para a possível construção de uma pista de pouso clandestina para aeronaves de traficantes de drogas. Já no caso dos três camponeses carbonizados, o motivo seria uma dívida trabalhista.

O suposto mandante é acusado de vários crimes na região Sudeste do Pará, como envolvimento com o tráfico de drogas, roubo a banco, homicídio e grilagem de terras.

Omissão do Estado na proteção de defensores dos direitos humanos é uma sentença de morte, afirmaram ativistas em audiência pública

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), quase um milhão de pessoas estiveram envolvidas em conflitos no campo no Brasil em 2018. Somente nos três primeiros meses de 2019, foram registrados dez assassinatos em conflitos fundiários. O levantamento da CPT, que faz parte de um manual da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão com orientações para atuação em casos de violência contra defensores de direitos humanos, aponta que disputas por terra, água ou mesmo a luta por direitos provocam impactos nas garantias fundamentais das populações que vivem no campo.

Preocupada com essa situação, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiu em janeiro um comunicado pedindo ao Estado brasileiro que investigasse essas ocorrências com agilidade e tomasse as devidas providências. As agressões atingiram principalmente camponeses, ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Para discutir como enfrentar as causas da violência contra defensores de direitos humanos e às populações afetadas por esses



atos, a CDHM fez uma audiência pública no dia 11/6. O debate foi solicitado pelos deputados Frei Anastácio (PT/PB) e Maria do Rosário (PT/RS).

Herbert Paes de Barros, diretor de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, informou que um novo programa voltado para a proteção de defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas deve atuar de forma diferente. “Queremos que o defensor continue atuando no seu local de ação, sem retirá-lo da comunidade. Só em uma situação limítrofe há retirada do local”.

Mas para Luís Pedrosa, do Fórum Nacional de Entidades Gestoras dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, o Estado brasileiro é um dos principais violadores de sistemas de proteção aos defensores de direitos humanos. “São táticas de extermínio e ameaças, com o agravamento da violência repercutindo negativamente sobre nossas redes. O país atingiu a impressionante marca de 60 mil homicídios por ano”.

Em 2017 a Anistia Internacional publicou relatório sobre assassinatos e desaparecimentos de defensores de direitos humanos. Houve um aumento considerável no número de assassinatos. No ano de 2014 foram registrados, em todo o mundo, 136 assassinatos; em 2015, esse número subiu para 156 e, em 2016, atingiu a marca de 280 defensores mortos, um aumento de 80% nos registros. O Brasil, infelizmente, ocupa a liderança deste desonroso ranking nas Américas, com 75% dos assassinatos de militantes de direitos humanos, o que coloca o país como o mais perigoso para se defender estes indivíduos em toda a região.

Saiba mais

A Resolução 53/144 da Assembleia Geral das Nações Unidas ([acesse a íntegra no QR Code ao lado](#)) de 9 de dezembro de 1998, trata dos Defensores de Direitos Humanos. Essa Resolução reconhece a importância dos indivíduos, grupos, instituições e organizações não governamentais que desempenham e exercem a responsabilidade de defender a democracia, proteger os direitos humanos e liberdades fundamentais e contribuir para a promoção e progresso das sociedades, instituições e processos democráticos.



Direitos LGBT

CDHM aprova criminalização da homo e da transfobia

A CDHM aprovou o PL 7582/2017, de Maria do Rosário (PT/RS), que define crimes de ódio e intolerância. O relatório, de Carlos Veras (PT/PE), prevê aumento de pena para homicídio e lesão corporal, cria injúria qualificada e tipifica a discriminação. A proposta seguiu para a Comissão de Segurança Pública.

O projeto foi debatido em audiência pública no dia 14 de maio. O relator do Projeto, deputado Carlos Veras (PT/PE), que apresentou substitutivo, contextualizou que, sem alterar a lei de racismo, a proposta cria um sistema de proteção específico a vítimas LGBTI. Foram quatro os eixos aprovados no texto: aumento das penas da lesão corporal e do homicídio, criação de uma nova modalidade de injúria qualificada e de um novo tipo penal específico para coibir a discriminação e a restrição de direitos, nos casos em que a vítima seja lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, intersexo e demais pessoas trans.



Quanto à tipificação da discriminação, o autor pontuou que excluir essa conduta específica “implicaria em possível nova intervenção do STF no sentido de considerar que a legislação elaborada pelo Congresso Nacional não teria abarcado toda a gama de situações geradas pela equiparação jurídica da homofobia e da transfobia ao crime de racismo”.



Porém, considerando a demora legislativa, o STF decidiu que a homofobia é crime, equiparando as penas por ofensas a homossexuais e a transexuais às previstas na lei contra o racismo, até que o Congresso Nacional legisle a respeito. Helder Salomão (PT/ES), Erika Kokay (PT/DF), David Miranda (PSOL/RJ), Carlos Veras (PT/PE), Tulio Gadelha (PDT/PE) e Camilo Capiberibe (PSB/AP) estiveram, antes da finalização do julgamento, com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Dias Toffoli. O grupo pediu o empenho do ministro na continuidade do julgamento.

A cada 19 horas uma pessoa LGBTI é assassinada no Brasil. A cada duas horas, outro é agredido. A expectativa de vida dos

transexuais é de 35 anos e a taxa de suicídio entre jovens gays é uma das maiores no país. Os números são do Grupo Gay da Bahia, apresentados em audiência pública desta da CDHM do dia 15/5.

Toni Reis, diretor presidente da Aliança Nacional ABGLTI+, mostrou mais números. Segundo ele, 73% das pessoas que fazem parte da comunidade LGBTI sofrem bullying nas escolas e 36% já sofreram algum tipo de violência física.

Em 70 países ainda é crime amar alguém do mesmo sexo. No Quênia, por exemplo, organizações não governamentais aumentam a mobilização pela descriminalização. “ No Brasil, não é crime, mas centenas de pessoas trans e gays são assassinadas. Se mata mais aqui do que onde é crime”, informa Cleiton de Lima, do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (Un aids).

A audiência pública da CDHM marcou o Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia, celebrado no dia 17 de maio de cada ano e instituído oficialmente por decreto de 04 de junho de 2010.

Seminário marca 50 anos do movimento LGBTI+: Memória, Verdade e Justiça

Era verão em Nova Iorque em 28 de junho de 1969. Os frequentadores do bar Stonewall passavam por mais uma revista abusiva da polícia, o que era rotina. Na maioria negros, travestis e latinos, eram humilhados, agredidos e chantageados. Porém, naquela noite, resolveram dar um basta e houve uma revolta contra a polícia. O movimento se estendeu por outros dias e ficou conhecido como “o levante Stonewall”, que seria o começo da luta da população LGBT por seus direitos. A vergonha dava lugar ao orgulho. A ideia se expandiu mundo afora e completou, em 2019, 50 anos.

Para marcar essas cinco décadas de trajetória, seis Comissões da Câmara dos Deputados realizaram, em 25/6, o Seminário "Memória, Verdade e Justiça - 50 Anos de luta LGBTI+". A iniciativa foi das Comissões de Cultura, Defesa dos Direitos da Mulher, Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Direitos Humanos e Minorias, Educação, Legislação Participativa, Seguridade Social e Família e Trabalho, Administração e Serviço Público.

“Quando combatemos a exclusão e o preconceito, estamos trabalhando a favor da democracia. Sou uma evangélica assumida e a primeira coisa que eu devo ter é respeito pela pessoa, pelas suas opções, pelas suas escolhas. Não quero ser apenas simpática, mas precisamos de homens e mulheres de coragem para botar o dedo na ferida”, afirmou no evento a deputada Benedita da Silva (PT/RJ), presidente da CCULT.

O jornalista Glenn Greenwald participou da abertura do Seminário. “Eu era uma criança e um adolescente gay nos Estados Unidos dos anos 80 e 90, no tempo do Reagan. Nunca pensei que um dia poderia sentar ao lado do meu marido, um deputado federal, aqui no Congresso. Nunca tenha vergonha de nada. Eu não separo as causas, as causas contra machismo, racismo e LGBTIfobia estão conectadas. Acredito mais do que nunca no futuro deste país”. Greenwald é casado com o deputado David Miranda (PSOL/RJ).

No seminário, o ex-deputado Jean Wyllys foi homenageado. Ele coordenou as oito últimas edições do seminário e atualmente vive na Europa, após ter renunciado ao mandato nesta legislatura por conta das ameaças de morte e da campanha difamatória que vinha sofrendo. Através de um vídeo, lamentou o fato de o Estado brasileiro não lhe ter garantido proteção.



Direitos da infância e adolescência

logurte, sanduíche, calça jeans: as trocas oferecidas pela exploração sexual de meninas



Crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual podem virar alvo fácil de redes de prostituição e de tráfico de drogas, mesmo as que estão abrigadas em instituições de proteção. De acordo com a promotora de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude do Distrito Federal, Luisa de Marillac Xavier Passos, essa é não é uma realidade das grandes cidades brasileiras. “Já são pessoas fragilizadas por causa de todo sofrimento que passaram e ficam à mercê de criminosos que aliciam em áreas próximas aos abrigos. E, por estarem fragilizadas e desprotegidas, veem mais essa exploração como uma oportunidade”.

Luisa Marillac participou, em 28/5, da audiência pública da CDHM que avaliou as políticas nacionais de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. O encontro foi solicitado pela Deputada Erika Kokay (PT/DF).

A audiência pública da CDHM marcou o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, celebrado em todo 18 de maio. Esse dia foi escolhido, pois, nessa data em 1973, em Vitória (ES), a menina Aracely, de oito anos de idade, foi vítima de rapto e estupro. A menina foi torturada e morta por jovens de classe média alta. O crime ficou impune.

Dentre as denúncias recebidas pelo disque 100 (Disque Denúncia) em 2018, mais de 17 mil foram de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes. Destas, 13,4 mil foram de abuso sexual e 3,6 mil de exploração sexual. O abuso abrange violações de cunho sexual com meninos e meninas. Já o termo exploração é usado quando essa prática envolve algum ganho financeiro por parte do autor. Ainda de acordo com o Disque 100, nos primeiros quatro meses deste ano houve 4.736 denúncias de violência sexual. A cada dia, esse serviço recebe quase 50 denúncias relatando crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes em todo o Brasil. O número é alto, mas pode ser maior, já que muitas das vítimas não registram a denúncia.

O Ministério do Turismo desenvolve um sistema de informações que envolve hotéis e restaurantes para qualificar os trabalhadores do setor e, dessa forma, criar um código de ética. “Queremos estabelecer regras de condutas para os trabalhadores do setor fazerem denúncias e saberem como agir em casos de exploração sexual. Nossa meta é atingir 11 mil estabelecimentos, de pequenos a grandes”, informou Gabrielle Andrade, do Ministério do Turismo.

Amanda Ferreira, da Rede ECPAT Brasil, lembrou no evento que existe uma realidade muito além dos grandes centros, um tipo de exploração sexual que é silenciada, invisível e até naturalizada. A violência sofrida, na maioria das vezes, por meninas que vivem nas periferias, nos bairros ou em regiões remotas do país. “Elas enfrentam o tráfico para fins de exploração sexual. Muitas vezes, até pela própria necessidade acontecem trocas básicas por iogurte, sanduíche, calça jeans, crédito no celular”.

A Lei 13.431/2017, que estabeleceu o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, encontra-se em fase de pactuação para ser implementada.

Rede de proteção a crianças e adolescentes

No dia 27/6 a CDHM realizou audiência pública para discutir a prevenção de crimes contra crianças e adolescentes. O ponto de partida foi o assassinato do menino Rhuan Maicon da Silva Castro, de nove anos. O crime ocorreu em Brasília, em 31 de maio desse ano. A mãe, Rosana Auri da Silva Cândida, e sua companheira Priscila Santiago Damasceno, confessaram a autoria. O encontro foi solicitado pelo Deputado Filipe Barros (PSL/PR).

Cláudia Carvalho, conselheira tutelar do Distrito Federal, apontou falhas que antecederam o crime: “Rhuan, a mãe com a companheira e a irmã viajaram por várias regiões do Brasil de ônibus, sem que nunca fosse pedida a documentação das crianças. E já havia o registro de sequestro das crianças no Acre, de onde todos saíram. Como isso aconteceu?”. Ela destacou ainda a falta de estrutura dos conselhos.

Alinne Santana, coordenadora-geral de Fortalecimento de Garantias de Direitos da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, informou que o Ministério iniciaria um mapeamento nacional sobre as principais violações sofridas por crianças e adolescentes.

Direito à moradia e ao trabalho

Falta de recursos prejudicou o programa “Minha Casa, Minha Vida”



No início do segundo semestre expirou o prazo de vigência de duas portarias do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para a seleção de projetos dos programas Minha Casa Minha Vida Entidades, com 8,6 mil unidades habitacionais, e do Programa Nacional de Habitação Rural, com 27 mil unidades. Para discutir essa situação a CDHM promoveu audiência pública em 24 de setembro. Frei Anastácio (PT/PB) solicitou a realização do debate.

Segundo a Fundação João Pinheiro, faltam mais de 6 milhões de moradias no país. O déficit habitacional rural é estimado em 1,2 milhão de unidades. De acordo com dados do Ministério das Cidades, a faixa 1 do MCMV, que inclui pessoas com renda familiar de até R\$1.800 e que têm a construção bancada pelo poder público, existem 279 empreendimentos paralisados pelo país, o que significa 40.990 unidades habitacionais sem ser entregues.

Daniel Ferreira, diretor do Departamento de Produção Habitacional do Ministério do Desenvolvimento Regional, explicou que as portarias estavam suspensas pela falta de recursos. “Não havia recursos integrais da obra no momento da contratação. Este ano, fizemos consulta jurídica, que detectou vícios orçamentários, o que provocou a anulação das portarias, a Controladoria Geral da União fez auditoria de crédito no Ministério e recomendou de forma incisiva que não é admissível contratar despesas plurianuais sem previsão de créditos nos anos subsequentes”.

“Vinte e sete mil casas no meio rural estão deixando de ser contratadas, famílias estão com seus sonhos acabados e a geração de emprego e renda está cada vez mais difícil. Temos obras paralisadas há quase 3 meses, com pedreiros de fornecedores de material sem receber”, informou Arnaldo Brito, assessor de Política Agrícola da CONTAG na Paraíba.

O governo federal previa reformulação do programa habitacional Minha Casa Minha Vida. O novo modelo seria apresentado ao presidente Jair Bolsonaro em dezembro, o que não ocorreu.

A Proposta de Lei Orçamentária (PLOA) de 2020, encaminhada pelo governo para o Congresso Nacional previa a redução de 41% nas verbas do programa Minha Casa, Minha Vida, o que significa um corte de R\$ 1,9 bilhão. Pela LOA aprovada em dezembro, em 2020 apenas R\$ 2,8 bilhões serão destinados ao programa. De 2009 a 2018, a média anual orçamentária do MCMV foi de R\$ 11,3 bilhões.

Transparência nas cadeias produtivas

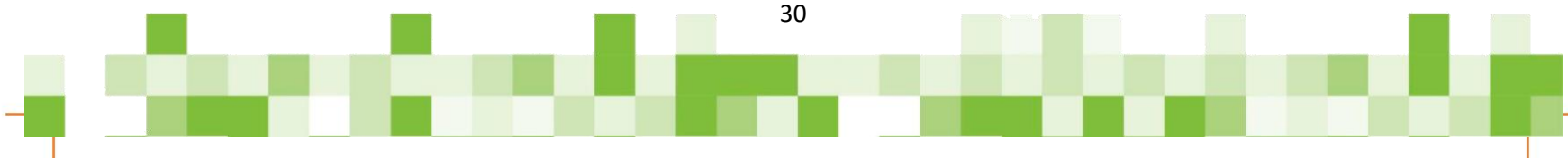
A CDHM, em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), discutiu no dia 2/7 mecanismos legislativos para inibir o trabalho análogo ao de escravo e incentivar a transparência em cadeias produtivas. O Deputado Túlio Gadêlha (PDT-PE), requereu o evento. Segundo o relatório Índice Global de Escravidão 2018, elaborado pela Walk Free Foundation, mais de 40,3 milhões de pessoas foram submetidas, em todo o mundo, a formas contemporâneas de escravidão em 2016. Desses milhões, 71% eram mulheres. Atualmente, estima-se que 24,9 milhões de pessoas ainda estão submetidas a trabalhos forçados.

Estiveram presentes o jornalista Leonardo Sakamoto e representantes como Marilyn Croser, da Corporate Responsibility Coalition (CORE), Marion Cardier, da International Corporate Accountability (ICAR), Caio Borges, da Conectas Direitos Humanos, Jorge Ferreira dos Santos Filho, dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais, representante também da Austrália, Rebecca Mills, da Modern Slavery Business Engagement Unit, Department of Home Affairs e do Governo Australiano, e Mércia Silva, do Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO).

Para Marilyn Croser, as empresas brasileiras têm de comprovar se suas empresas parceiras estão respeitando normas trabalhistas. Ela sugere que o Governo dê uma autorização para essas empresas se tornarem exportadoras com base no cumprimento de diretrizes internacionais. Croser incentiva também a busca por gerenciamento responsável e intolerância, por parte da fiscalização, com relação a empresas que ainda utilizarem métodos ilegais.

Jorge Ferreira dos Santos Filho apontou para a maior necessidade de eficácia das leis que combatem análogo ao de escravo. “Uma vez que a vistoria da Polícia Federal constate trabalho análogo ao de escravo, que seja recolhida a propriedade pelo Estado e distribuída entre os trabalhadores. Essa seria a porta de saída das pessoas do trabalho análogo ao de escravo. Porque a partir do momento em que trabalhadores adquirem direito à terra não precisarão mais sair de suas casas para buscar esse tipo de trabalho”, explicou Ferreira.

(Adaptado de Ascom/CTASP, com Átila Lima)



Direitos das mulheres

#emdefesadelas: a cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) promoveu, durante 2019, uma campanha de conscientização sobre o “Direito das Mulheres” em várias situações, como a violência doméstica, a violência obstétrica e a situação das mães e mulheres encarceradas. A hashtag #emdefesadelas é a marca. Rita Meira Lima, Defensora Pública do Distrito Federal, informou que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada no país. Ela participou de audiência pública da CDHM, em 7 de junho, que debateu formas de enfrentamento à violência contra a mulher e ações para prevenção. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil tem a 5ª maior taxa de feminicídio do mundo - assassinatos de mulheres marcados pela desigualdade de gênero. A cada duas horas uma mulher é assassinada no país, a maioria mortas por seus companheiros ou por parentes próximos.



Meira Lima, que também coordena a Comissão da Mulher da Anadep, falou de um caso que é exemplo da população atendida pela defensoria pública: “Uma mulher que já estava em regime aberto, depois de cumprir parte da pena, porém descumpriu as regras para voltar ao presídio porque estava em situação de rua e grávida. No presídio teria abrigo, comida e atendimento médico”. Ela apresenta ainda outros dados, nos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes: 87% dos agressores são homens e 83% das vítimas são meninas.

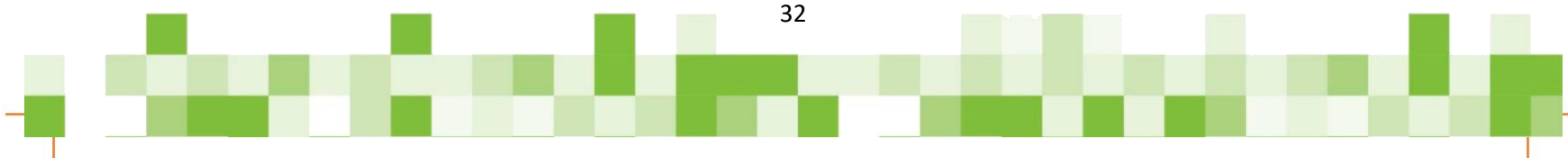
Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que, no Brasil, existem mais de 100 mil pessoas em situação de rua. A mulher nesta situação vive em condições de extrema vulnerabilidade, com vínculos familiares interrompidos e, às vezes, são usuárias de drogas. Também correm o risco de abuso físico e emocional, maus-tratos, exploração financeira, intimidação sexual e exposição ao crime.

De acordo com o IBGE, a taxa de mortalidade entre mães negras é maior. São 275 mortes por 100 mil nascidos vivos, enquanto entre mulheres brancas a taxa é de 43 por 100 mil nascidos. No parto, as mulheres pretas são atendidas, na maioria, em estabelecimentos públicos (58,9%), contra 46,9% de mulheres brancas.

A violência obstétrica ocorre quando um profissional de saúde toma alguma atitude, seja verbal, física ou psicológica e afeta a mulher durante a gestação, parto, no período de puerpério ou ainda em situação de abortamento.

Conforme dados do Departamento Penitenciário Nacional, a população carcerária feminina do Brasil é uma das maiores do mundo. São mais de 42 mil mulheres presas, sendo que, deste total, 62% são negras, 74% mães e 45% são presas provisórias, ou seja, aguardam julgamento. A Anadep considera que, apesar de algumas medidas como o *habeas corpus* coletivo, que concedeu a prisão domiciliar para mulheres presas provisoriamente que estejam grávidas, que tenham dado à luz recentemente ou que sejam mães e tenham sob responsabilidade crianças de até 12 anos de idade, ainda inexistem políticas públicas voltadas às mulheres presas no país.

Pedro Paulo Coelho, presidente da Associação, destacou que a campanha da instituição surgiu para informar as mulheres, principalmente as mais pobres, sobre o que a defensoria pública pode fazer para ajudá-las: “O machismo institucional é muito grave, não pode ser normal piada machista, por exemplo, isso faz parte do ciclo de violência que a sociedade brasileira vive. Só em 2018, foram mais de 90 mil denúncias referentes a agressão física, psicológica, sexual, moral e cárcere privado”.



Direitos dos povos indígenas

MP 870: demarcação com Agricultura é denunciada como retrocesso integracionista

Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



A Medida Provisória nº 870 propôs transferir da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Agricultura a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas no país e transferir a Funai para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A CDHM recebeu já em fevereiro indígenas das etnias Tapirapé e Carajá e, em março, nove etnias que vivem na metade sul do Mato Grosso do Sul, incluindo Kaiowa, Terena e Kinikinaw, contra a Medida Provisória.

Junto com lideranças indígenas, o presidente interino da CDHM, deputado Marcon (PT/RS) e também Célio Moura (PT/TO), Paulo Teixeira (PT/SP) e José Ricardo (PT/AM), levaram a preocupação à Procuradoria-Geral da República.

Em resposta, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF publicou nota contra as alterações. O coordenador da 6ª Câmara e subprocurador-geral da República, Antônio Bigonha, afirmou que a MP traria “conflito entre interesses indígenas e política agrícola da União”. E mais: “Ao passo que na ordem constitucional antiga ao índio era proposta a superação de suas peculiaridades culturais para a lenta e gradual integração à sociedade brasileira, a Constituição de 1988 admitiu como pressuposto a existência dessa diversidade cultural, ao preconizar uma política compensatória das desigualdades historicamente acumuladas. Disso decorre um fato inexorável: o índio não deve e não necessita ser integrado à sociedade brasileira, pois dela já faz parte desde sua gênese”.

Quanto à subordinação da Funai ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a nota da PGR considera que a medida enfraquece a diversidade preconizada pelo Constituinte e faz “letra morta a Norma Maior”, já que pressupõe que os valores dos indígenas formam um subsistema da ordem social geral e não um sistema próprio e indígena de acordo com a Constituição.

O documento assinado pelo procurador Bigonha também afirma que a medida provisória vai contra questões estabelecidas na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho ([acesse a íntegra no QR Code ao lado](#)), ratificada pelo Brasil em 2002. A Convenção estabelece que os povos indígenas sejam sempre consultados “cada vez que forem previstas medidas administrativas ou legislativas suscetíveis de afetá-los diretamente, de boa-fé, mediante procedimentos apropriados, e através de suas próprias instituições representativas, o que constitui o direito à consulta prévia, livre e informada”.



O posicionamento do MPF foi reiterado em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados durante o Acampamento Terra Livre. O encontro foi promovido pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, e reuniu dezenas de representantes de várias etnias no dia 25/4.

“Querem a volta do integracionismo, onde índios têm que ser iguais, todo mundo no mesmo padrão. Mas temos nosso modo de vida. Agora, um governo quer mudar a Constituição. Já somos cidadãos e queremos ser tratados assim, com direitos originais e sagrados”, afirmou Sônia Guajajara, coordenadora Executiva da Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), no encontro.

Joênia Wapichana (Rede/RR), primeira deputada federal indígena e que faz parte do conjunto de deputados que pediu a realização do encontro, também contestou a medida provisória.

“O MAPA é ligado ao agronegócio e para nós é desvio de finalidade ele tratar de questões indígenas. Existem particularidades na terra indígena, são posses coletivas e é preciso uma equipe especialista para fazer esse tipo de delimitação”, explica Andrea Prado, presidente da INA - Indigenistas Associados, um grupo formado por servidores da Funai.

João Felipe Scalia, Coordenador-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento da Funai, apresentou a definição de terras indígenas na Constituição de 1988. Ressaltou que os povos indígenas têm autonomia e que o governo tem o dever de ajudar a preservar suas culturas. Ele destacou ainda a participação de algumas etnias nos Programas de Aquisição de Alimentos e no de Alimentação Escolar, com a produção de suas lavouras.

João Carlos de Jesus Corrêa presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), relatou que ainda existem muitas dúvidas sobre a aplicação da medida provisória e questionou “a manipulação das questões indígenas como palanque”. Considerou a integração dos povos responsabilidade “gradual” deles mesmos e que a definição de desenvolvimento sustentável também tem que ser definida pelos indígenas.

A MP, em sua apreciação pelo Congresso, foi alterada, de modo que a FUNAI retornou ao Ministério da Justiça, que manteve a competência para demarcação de terras indígenas.

Diligência ao Amapá apura invasão de terras indígenas

De acordo com denúncias de lideranças, no dia 22 de julho o cacique Emyra Waiãpi foi morto de forma violenta durante uma invasão, por garimpeiros, às terras das aldeias Waiãpi-Apina, no oeste do Amapá. Segundo relatos, os garimpeiros estavam acampados no interior da reserva. Nenhum indígena testemunhou a morte do líder, que só foi percebida na manhã seguinte (23). De acordo com o Conselho das Aldeias Waiãpi-Apina, moradores da aldeia Yvytotô encontraram um grupo de não-índios armados e avisaram as demais aldeias pelo rádio. À noite, os invasores entraram na aldeia, ficaram em uma casa e ameaçaram indígenas, que fugiram para outras aldeias da região. Já a Polícia Federal apresentara laudo preliminar que indica que a morte do líder indígena foi por afogamento.

Para apurar a situação, a CDHM fez diligência ao Amapá nos dias 16 e 17 de julho. Os parlamentares Camilo Capiberibe (PSB/AP) e Joênia Wapichana (Rede/RR), integrantes da CDHM, conduziram os trabalhos.

Foto: André Cantuária



A diligência visitou a aldeia Aramirã, no Território indígena Waiãpi, no município de Pedra Branca do Amapari. No mesmo local estiveram reunidos com líderes de 93 comunidades Waiãpis, e representantes da Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal. Houve ainda reunião com a Polícia Federal do Amapá e um debate com lideranças e movimentos sociais no Museu Sacaca, em Macapá. No encontro, os parlamentares ouviram a versão dos indígenas sobre a morte do cacique Emyra e a invasão de garimpeiros. A posição contrária ao laudo apresentado pela polícia se baseava em um vídeo feito pelos indígenas logo após o corpo de Emyra ter sido encontrado. O registro mostra cortes no rosto, cabeça e região genital do cacique.

Depois da diligência, em 2 de agosto, o corpo do indígena foi exumado. Ao todo, 27 pessoas participaram do trabalho, entre agentes da PF, Polícia Civil e Politec e servidores da FUNAI. A perícia resultante indicou que não houve "lesões de origem traumática" e nem "sulcos evidenciáveis de enforcamento" no pescoço do indígena. A investigação foi arquivada em dezembro a pedido do MPF.

Durante a visita às aldeias, a CDHM constatou a situação vulnerável do povo Waiãpi, assustados diante da possibilidade de continuidade de ataques de garimpeiros ao território, às suas lideranças e comunidades. No relatório final da missão, a CDHM recomendou a adoção de medidas de segurança, preventivas e repressivas, permanentes e ampliadas, para evitar possíveis novas invasões, bem como a garimpagem ilegal no território indígena, na Floresta Estadual e no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. [\(acesse a íntegra do relatório da Diligência no QR Code\)](#)



Após manifestação da CDHM, STF suspende despejo de indígenas no Paraná

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar que suspende o cumprimento de execução de sentença que determinava o despejo dos indígenas do povo Kaingang do território denominado Palmas, no município de Palmas (PR), que já é demarcado. A decisão da ministra foi publicada no dia 6/9. No dia 29/8, o presidente da CDHM enviara a ministra Cármen Lúcia, que é relatora da ação, ofício manifestando apreensão sobre a situação dos indígenas.

“Fomos informados que houve vícios processuais durante o rito processual, como cerceamento de defesa porque não existiu citação válida dos indígenas, além de fatos e provas novos”, explica Helder Salomão. O parlamentar destacou também para o STF que os indígenas da comunidade Kaingang alegaram que estavam dispostos a resistir “com a própria vida, se for preciso”, para permanecer na terra tradicionalmente ocupada. “Temos a atribuição de receber, avaliar e investigar as denúncias relativas a ameaça ou violação de direitos humanos, e ainda assuntos referentes aos indígenas e às terras por tradicionalmente ocupadas”, conclui Salomão.

O território Palmas tem 2.944 hectares, onde vivem cerca de 600 indígenas, segundo dados do Governo do Paraná. A área fica entre nos municípios de Abelardo Luz (SC) e Palmas (PR). O território teve a delimitação original em 1909 e começou a ser demarcado em 1961.

Governo deve propor marco legal para mineração em terras indígenas

O governo deve apresentar uma proposta de lei que autorizará a exploração mineral em terras indígenas. O texto que deve ser enviado ao Legislativo ainda não foi discutido com representantes de comunidades indígenas. Parlamentares e lideranças questionam a falta de consulta porque desconsidera normas, como a convenção 169, da Organização Internacional do

Trabalho (OIT), que nos artigos 14 e 15 destaca o direito de consulta e participação dos povos indígenas no uso, gestão e conservação dos territórios. Além disso, também deveria haver discussão sobre indenização por danos e proteção contra despejos e remoções.

Em 11/9 a CDHM promoveu uma audiência pública para debater essa situação. O encontro foi solicitado pelos deputados Patrus Ananias (PT/MG), Nilto Tatto (PT/SP) e João Daniel (PT/SE).

A mineração em territórios indígenas demarcados está prevista na Constituição de 1988, mas nunca foi regulamentada e, desde então, é discutida no Congresso.

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), hoje existem 4.332 requerimentos para exploração do subsolo em 214 das 735 áreas indígenas registrados na Agência Nacional de Mineração. Existem pedidos para exploração inclusive nos parques indígenas de Tumucumaque (AP e PA), Araguaia (TO) e Aripuanã (MT). São requerimentos para explorar 66 substâncias, principalmente ouro. Porém, a maioria, 88%, é para pesquisa. Ainda de acordo com ISA, grande parte desses requerimentos foram feitos nas décadas de 80 e 90 e buscam garantir, para quem pediu antes, a exploração assim que seja autorizada.

O secretário de Geologia e Mineração Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal, afirma que o governo deve observar todos os procedimentos para a mineração em terras indígenas. “A mineração em terras indígenas não é proibida, mas ela pode ser feita sob condições e não deixaremos de seguir todo o arcabouço que cerca a questão, como a resolução 169 da OIT. E para nós ainda é um debate interno, estamos construindo uma minuta. É um tema delicado e temos a consciência disso”.

Violência, problemas para a saúde e meio ambiente: a exploração de ouro em território Yanomami

As Comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados fizeram em 27/11 audiência pública para debater o papel do Estado no enfrentamento do crime organizado que atua na exploração mineral de ouro dentro da Terra Indígena Yanomami, e as consequências sobre este povo em Roraima.

Depois da demarcação da Terra Indígena Yanomami em 1992, a Polícia Federal fez uma série de operações contra a invasão de garimpeiros que colocava em risco a sobrevivência dos indígenas. A falta de um plano de proteção e fiscalização possibilitou que os garimpeiros ilegais se organizassem e, dessa forma, passaram a operar em rede de organizações criminosas no ritmo da cotação do ouro. A atividade de exploração mineral causou grande impacto social e ambiental. Por causa disso, as organizações indígenas denunciam sistematicamente os crimes cometidos.

A maior terra indígena do País tem quase 10 milhões de hectares e abriga os Yanomami e os Ye'kuana, além de já ter registrado outros 13 povos isolados perto da fronteira com a Venezuela. No entanto, a mesma região é alvo de 7 mil a 10 mil garimpeiros ilegais em busca de ouro às margens dos rios Mucajá e Uraricoera.

Além do dano ambiental, a pesquisadora da Fiocruz Ana Vasconcelos listou o impacto do uso contínuo de mercúrio do garimpo sobre a saúde da população indígena, que vive da pesca nesses mesmos rios contaminados. "O povo Yanomami vive em uma condição de quase ausência total do Estado, o que configura uma situação de vulnerabilidade social muito grande, caracterizada pelo acesso reduzido aos serviços de saúde e total ausência de saneamento básico".

Estudos da Fiocruz e de outros institutos de pesquisa já apontam níveis de mercúrio no sangue e no cabelo dos Yanomami acima dos limites aceitáveis. Além disso, 92% dos indígenas estariam expostos à contaminação.

O Ministério de Minas e Energia calcula que o garimpo ilegal produza de 20 a 30 toneladas de ouro e fature até R\$ 40 bilhões por ano, obviamente sem pagar impostos.

Desde 2012, a Polícia Federal realizou três grandes operações na terra Yanomami, onde prendeu mais de 300 invasores, apreendeu aeronaves e destruiu pistas clandestinas de pouso. Chefe do Serviço de Repressão a Crimes contra Comunidades Indígenas (Seinc), o policial federal Luiz Porto admite que a região é alvo de um grupo do crime organizado com características bem específicas. Além do garimpo ilegal, as operações da Polícia Federal também focam na exploração ilegal de madeira e no consequente desmatamento na região.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) anunciou a liberação de cerca de R\$ 700 mil do Orçamento da União para a reativação das bases de proteção etnoambiental (Bape) na Terra Indígena Yanomami. Uma delas deve voltar a atuar em dezembro.

CDHM aprova dia dos povos indígenas

A CDHM aprovou, por unanimidade, o projeto de lei 5.466 deste ano, da deputada Joênia Wapichana (Rede/RR), que muda a expressão "Dia do Índio", criado por decreto em 1943, para "Dia dos Povos Indígenas". A data para celebração continua 19 de abril. O objetivo da proposta é atualizar para "uma nomenclatura mais respeitosa e mais identificada com as comunidades indígenas a justa homenagem que é prestada nessa data".

Para o relator do projeto, Patrus Ananias (PT/MG) "nossa intenção ao renomear o dia é para ressaltar não o valor do indivíduo estigmatizado "índio", mas sim o valor dos povos indígenas para a sociedade brasileira, reconhecer o direito desses povos e fortalecer suas identidades, línguas e religiões".



Justiça

Glenn Greenwald na CDHM: “Sergio Moro era o chefe da Lava Jato”



Desde o dia 9 de junho o site The Intercept Brasil vinha divulgando uma série de conversas envolvendo procuradores da República em Curitiba, como Deltan Dallagnol, e o atual Ministro da Justiça Sergio Moro, que na época era o juiz responsável pelos processos da Lava Jato. Os diálogos aconteceram desde 2014 por meio do aplicativo Telegram.

A CDHM ouviu, no dia 25 de junho, o jornalista Glenn Greenwald, responsável pelas reportagens, sobre os fatos divulgados sobre a Operação Lava Jato. As mensagens sugerem que houve troca de colaboração entre Moro e a força-tarefa.

De acordo com a lei, o juiz não pode auxiliar ou aconselhar nenhuma das partes do processo. O ministro, por sua vez, afirma que não houve nenhuma orientação ao Ministério Público, atribui o vazamento à atuação de hackers e questiona a autenticidade do material.

As reportagens também abriram um debate sobre o papel do jornalismo no combate à corrupção.

Para parte dos deputados que participaram da audiência pública, as reportagens jogariam dúvidas contundentes sobre a imparcialidade na atuação do então Juiz Sérgio Moro e de outros juízes e procuradores, principalmente no julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Depois do vazamento de conversas entre Moro e Dallagnol, Greenwald e sua família começaram a sofrer ameaças. Relatos foram feitos à Polícia Federal e ao Departamento da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados. O jornalista é casado há 14 anos com o deputado David Miranda. O casal tem dois filhos.

Para combater o abuso de poder, Greenwald destacou a importância da imprensa livre, em um estado democrático de direito.

“Todo mundo gosta de defender a liberdade de imprensa, mas é muito raro discutirmos porque isso é importante. E sem transparência, sem imprensa livre, sempre vai haver o abuso do poder como estamos vendo. Aprovamos o princípio da imprensa livre, seja para veículos de direito ou de esquerda, a imprensa brasileira ficar livre”.

Moro afirma em audiência que foi vítima de ataque hacker

A CDHM, em conjunto com as Comissões de Constituição e Justiça e a de Trabalho, de Administração e Serviço Público, ouviu, dia 2 de julho, o ministro da Justiça Sergio Moro. Ele falou sobre o material publicado pelo The Intercept Brasil. O convite ao ministro foi resultado de um acordo entre os parlamentares dos três colegiados.



Sergio Moro disse, na audiência pública, que foi vítima de um ataque de hackers e que, segundo ele, querem anular condenações por corrupção no âmbito da operação Lava Jato: “Alguém com muitos recursos está por trás desses procedimentos. É um expediente de contrainteligência, um grupo criminoso. Não fui consultado sobre a divulgação das reportagens. Não reconheço essas mensagens, podem até ser minhas, terem sido adulteradas parcialmente ou totalmente.

Não tenho mais essas mensagens, deixei o Telegram em 2017 e meu celular foi entregue para a perícia da Polícia Federal. Mas, paulatinamente as coisas estão sendo colocadas no lugar”.

O presidente da CDHM lembrou, na abertura do debate, alguns fatos sobre a atuação do ministro nos últimos anos. Em março de 2016, por exemplo, a condução coercitiva do ex-presidente Lula sem que ele tivesse sido previamente chamado a depor. No mesmo mês, Moro divulgou para a imprensa gravações telefônicas entre a então presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva: “Isso visava claramente criar um ambiente propício ao impeachment”, disse Salomão, complementando: “As matérias divulgadas pelo jornal The Intercept Brasil confirmaram este *modus operandi*, de atuação parcial e engajada do ministro. Uma postura que confunde a acusação com o julgador”.

Cento e vinte e cinco deputados inscreveram-se para fazer perguntas.

Dallagnol recusou convite da CDHM para audiência pública

O Procurador da República Deltan Dallagnol recusou, através de ofício, participar de audiência pública da CDHM, prevista para o dia 9 de julho, quando seriam debatidas as reportagens do jornal The Intercept Brasil. O encontro com Dallagnol fora aprovado em reunião deliberativa em 27 de junho e o convite enviado no mesmo dia.

No documento, o procurador explicou que deve, por função constitucional, “desempenhar trabalho de natureza técnica perante o Judiciário, outro poder, situação distinta daquela de agentes públicos vinculados ao Poder Executivo. Esse trabalho técnico consiste em investigar fatos e buscar a aplicação da lei penal de modo eficiente e justo, de acordo com a Constituição e com as leis, atividade funcional sujeita à apreciação do Poder Judiciário. Diante disso, muito embora tenha sincero respeito e profundo apreço pelo papel do Congresso Nacional nos debates de natureza política que realiza e agradeça o convite para neles participar, acredito ser importante concentrar na esfera técnica minhas manifestações”.

Familiars de vítimas da Boate Kiss pediram à Raquel Dodge federalização do caso; Dodge informa que a tragédia é objeto do Observatório criado pelo CNJ e CNMP

Foto: Gilmar Félix/Secom PGR



A CDHM promoveu, no dia 13 de maio, encontro entre a Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM), com Raquel Dodge, então Procuradora-Geral da República. A Associação pediu a federalização do caso da Boate Kiss.

A AVTSM representa 3.500 pais e irmãos das vítimas e sobreviventes do incêndio na casa noturna, em Santa Maria (RS). A tragédia aconteceu na madrugada do dia 27 de janeiro de 2013 e deixou 242 mortos e 623 feridos, a maioria pessoas jovens.

Os pais argumentaram que o procedimento para apurar a

responsabilidade dos agentes públicos no incêndio foi arquivado pelo Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul em 2015 e que ninguém foi, até hoje, responsabilizado administrativa, civil ou penalmente.

“Se o único órgão estadual que pode abrir um processo para apurar essas responsabilidades mandou arquivar, então tem que vir para a esfera federal”, esclareceu Paulo Carvalho, representante da Associação, que perdeu o filho de 32 anos na tragédia.

“Desde 2009, época da inauguração da boate, já havia no Ministério Público Estadual dois inquéritos sobre perturbação do sossego provocado pelo funcionamento do estabelecimento. Portanto, sabiam das irregularidades e não tomaram nenhuma providência”, informou Tâmara Biolo Soares, advogada da AVTSM.

“O ofício em um laudo de 2009, feito pelo arquiteto contratado pela prefeitura, atesta que a boate não poderia estar aberta ao público. Nada foi feito pelo poder público, nesses três anos e meio antes da tragédia”, acrescentou Flávio José da Silva, presidente da AVTSM, que perdeu a filha de 22 anos no incêndio.

O deputado Paulo Pimenta (PT/RS), que participou da reunião, lembrou que ainda em 2009 foi feito um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre os proprietários da boate e o Ministério Público. O TAC previa reformas relacionadas à poluição sonora. Ele ressalta que os bombeiros e a prefeitura não participaram da elaboração do TAC, que permitiu, por exemplo, colocação da espuma de poliuretano – altamente inflamável – para cobrir o teto da casa.

Também em 2017 a Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria ajuizou, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), petição para que o Estado brasileiro faça um pedido de desculpas, tome providências quanto à responsabilização dos culpados e que seja feita a indenização às famílias das vítimas.

Dodge informou que o caso da Boate Kiss é um dos elencados como prioritários para acompanhamento pelo Observatório de Desastres criado pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelo Conselho Nacional de Justiça. Dodge afirmou que o apelo que as famílias fazem é justo e correto. De acordo com ela, há “alta percepção de impunidade em relação ao caso”. O tema foi discutido na reunião do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão, no dia 14 de maio.

“Peço aos senhores que analisem a documentação que apresentamos e nos ajudem, na forma da lei. Porque a demora por justiça tem um sabor amargo de injustiça”. A frase é do pai da jovem Adrielle, de 22 anos, morta no incêndio da boate, em Santa Maria (RS).

Instituído no dia 31 de janeiro de 2019, o Observatório Nacional é formado por representantes do CNMP e do Conselho Nacional de Justiça. Com caráter nacional e permanente, tem a atribuição de promover integração institucional, elaborar estudos e propor medidas concretas de aperfeiçoamento do sistema nacional de Justiça para enfrentar situações concretas de alta complexidade, grande impacto e elevada repercussão social, econômica e ambiental.

Liberdade de expressão

Parlamentares e jornalistas pedem federalização de crimes contra trabalhadores da comunicação

Federalizar os crimes contra jornalistas e comunicadores, transparência no pagamento de patrocinadores de redes sociais e colocar no Código de Ética do Congresso a incitação de violência contra profissionais da imprensa como quebra de decoro. Todas essas sugestões foram apresentadas na audiência pública de 4 de junho sobre liberdade de imprensa, violência contra jornalistas e comunicadores.



“A partir do momento em que o próprio jornalista tem medo da sua integridade, teme pela sua vida, perde-se um pilar da democracia. Muita gente já fez autocensura ou mudou de área de cobertura por causa de ameaças e violência. Lideranças sociais, políticas e econômicas têm responsabilidade por esse tempo de polarização que estamos vivendo, não estamos ouvindo o diferente”, ponderou o jornalista Leonardo Sakamoto. Ele foi um dos debatedores no encontro promovido pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias e a de Cultura da Câmara dos Deputados.

O diretor de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Herbert de Barros, ressaltou que os crimes contra comunicadores são riscos para a construção democrática. “Através de campanhas queremos tornar mais efetivo o Disque 100 também para esse serviço, e criamos o Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas”.

De acordo com o relatório “Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil - 2018”, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), os casos de agressões aos trabalhadores do setor cresceram 36% em 2018 em relação ao ano anterior. Em 2017, foram registrados 99 casos de agressão, ao passo que, em 2018, foram 135 ocorrências contra 227 jornalistas, uma delas resultando em assassinato. Ainda segundo o relatório, a agressão física foi a forma de violência mais usada, acometendo 58 vítimas. Em comparação com 2017, as agressões verbais e impedimentos do exercício profissional aumentaram mais de 100%. Já as ameaças e intimidações cresceram 87%.

O diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Cristiano Lobato Flores, diz que “crença pessoal acima dos fatos leva os comunicadores a virar alvo de atos de violência”.

Entidades denunciaram retorno da censura em ações do governo

Representantes da sociedade civil denunciaram, no dia 18 de setembro, que novas formas de censura estariam ocorrendo em ações do governo Bolsonaro. As críticas aconteceram durante o seminário "Artigo Quinto - Censura Nunca Mais", promovido pela Comissão de Cultura em parceria com outras cinco comissões da Câmara dos Deputados, entre elas a CDHM.

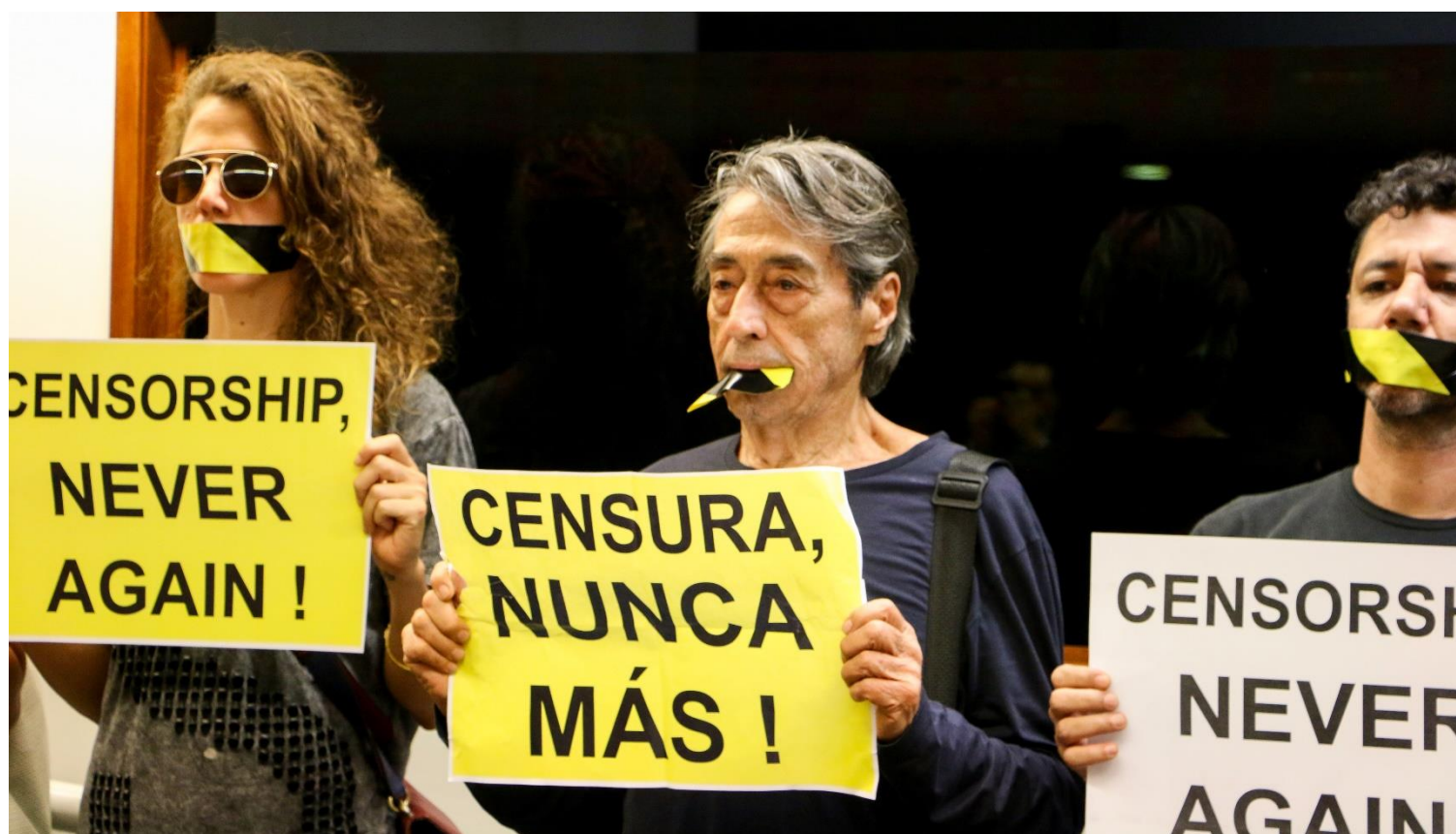
O Seminário foi requerido pelos deputados Áurea Carolina (PSOL/MG), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Glauber Braga (PSOL/RJ), Erika Kokay (PT/DF), Fernanda Melchionna (PSOL/RS), Luiza Erundina (PSOL/SP) e Sâmia Bomfim (PSOL/SP).

Áurea Carolina sustentou que decisões do governo em diversas áreas motivaram a realização desse debate, que gira em torno de um só tema. “O retorno institucionalizado da censura no nosso país e a censura em diversas áreas das políticas públicas, na ciência, na educação e na cultura”.

Os participantes do seminário denunciaram atentados à liberdade de expressão nas artes visuais, nas empresas públicas de comunicação e até nas ciências. A representante do Grupo Intervezes, Ana Cláudia Mielke, falou de ataques à produção audiovisual. "A gente vê as ações do Bolsonaro cancelando editais que possibilitariam justamente que grupos historicamente oprimidos pudessem produzir comunicação, produzir cultura, produzir cinema”.



Na área acadêmica, as críticas vieram do ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, demitido ao denunciar o aumento das queimadas na Amazônia. Ele lembrou que teve colegas que foram censurados no regime militar, mas afirmou que a situação atual é diferente. "Agora é uma censura nova, que é a censura do negacionismo. Principalmente quando tratamos de questões de ciências".



Carla Zambelli (PSL/SP), por outro lado, defendeu as decisões do presidente. "A única coisa que o governo Bolsonaro garante para a população é que não vai ser usado o dinheiro público para falar sobre alguma coisa partidária. Então se é para defender direita ou esquerda, não vai ter dinheiro, não vai ser usado o dinheiro público e quando isso é feito no governo Bolsonaro é tido como censura".

Matriz africana

STF decidiu que sacrifício de animais é constitucional; CDHM apoiou movimentos sociais junto ao Tribunal

No dia 28 de março, a CDHM promoveu encontro entre o presidente do STF, ministro Dias Toffoli e representantes do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSAPTMA), Movimento de Juventude dos Povos Tradicionais de Matriz Africana e da Frente Parlamentar em defesa dos Povos Tradicionais de Matriz África da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Pela Comissão participaram os deputados Érika Kokay (PT/DF), Marcon (PT/RS), Benedita da Silva (PT/RJ) e o presidente do colegiado, Helder Salomão (PT/ES).

Foto: Divulgação STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomara, naquela semana, o recurso extraordinário 494601, que discutia a validade de lei do Rio Grande do Sul sobre o sacrifício de animais em ritos das religiões de matriz africana. O recurso analisado pelo STF foi feito pelo Ministério Público contra decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que declarou a constitucionalidade da Lei 2.131/2004. O MP gaúcho considerou que a lei invadiria a competência da União para legislar sobre matéria penal, e privilegiaria os cultos das religiões de matriz africana para o sacrifício e ritual de animais.



“Nossa comissão deu apoio às demandas dos povos tradicionais. Fomos ao STF para defender as garantias constitucionais. Nosso papel não é discutir religião, mas direitos humanos”, explicou Helder Salomão.

“Temos línguas próprias, visão de mundo, cultura e soberania alimentar. Ou seja, somos um povo tradicional assim como os ciganos ou pomeranos. Isso significa que, no contexto da soberania alimentar, temos direito à sacralização de animais para garantir nossos ritos religiosos e a alimentação. Defendemos o abate tradicional doméstico e, claro, de acordo com cada unidade territorial tradicional”, explicou Tata Edson do FONSAPTMA. O presidente do STF ouviu as considerações dos parlamentares e dos representantes dos movimentos sociais.

No dia 29/3 o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, que sacrifício de animais em cultos religiosos é constitucional. A decisão tem repercussão geral e deverá ser seguida por juízes e tribunais de todo o país. No julgamento, o ministro Alexandre de Moraes disse que a questão foi colocada de maneira “preconceituosa” pelo Ministério Público gaúcho, autor da ação, e pelos amigos da Corte, instituições que participaram das discussões no Supremo. “Me parece evidente que

quando se trata do sacrifício de animais nesses cultos afros, isso faz parte da liturgia e está constitucionalmente protegido”, afirmou o ministro Ricardo Lewandowski. Para o ministro Luís Roberto Barroso, há desconhecimento sobre como são conduzidos os rituais nas religiões de matriz africana. Os ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e o presidente Dias Toffoli também votaram para autorizar a prática e reconhecer o direito de todas as religiões em sacrificar animais em cultos. Celso de Mello não estava presente à sessão.

“Governador, o centro de umbanda já foi pro chão”; a violência contra povos e comunidades tradicionais de matriz africana

O Brasil é um país laico desde a Constituição de 1891. Naquele ano deixou de ter uma religião oficial do Estado. Porém, a intolerância religiosa no Brasil persiste, principalmente contra as chamadas religiões de matriz africana. Somente neste ano, mais de 200 terreiros de matriz africana foram depredados e seus frequentadores ameaçados no estado do Rio de Janeiro.

“Choros, lágrimas, morte e desavenças. Nosso povo tem sofrido demais. A minha casa de umbanda foi derrubada em 2015 por um trator, e fui atrás dos meus direitos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos me dá esse direito de ser católico, evangélico, umbandista ou não ser nada. O povo de terreiro já está cansado de tanta perseguição. Não é mais perseguição religiosa, é racismo religioso”. O desabafo é de Adna Santos, a mãe baiana, da Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racial do Distrito Federal. Ela participou de audiência pública da CDHM no dia 27 de novembro sobre o tema.

Levantamento feito pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) mostra que o número de denúncias de discriminação religiosa contra terreiros e adeptos de religiões de matriz africana como umbanda e candomblé chegou a 506 em 2018.

Vera Chiodi, mãe de santo da Casa Luz de Yorimá, em Brasília, contou sobre a demolição de seu centro de umbanda. “No Brasil as leis não são cumpridas nem respeitadas. A casa que presido foi constituída em 2003. Ali ficamos até 2009. Em junho daquele ano, o então governador do DF, José Roberto Arruda editou uma lei sobre instituições sociais e religiosas. Dez dias depois nossa casa foi derrubada. Acompanhei a demolição e vi o responsável avisar pelo telefone ‘governador, o centro de umbanda já foi pro chão’. Era o Estado descumprindo a Constituição”.

Para Alexandre Padilha (PT/SP), “essa violência é causada pelo fracasso das instituições e organizações em ter um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica”. “Os comportamentos racistas não buscam só eliminar a presença de negros na nossa sociedade, mas negar qualquer participação das tradições africanas na história do país”, sugeriu Walmir Damasceno, representante para América Latina do Centro Internacional das Civilizações Bantu.



Isabel Paredes, coordenadora-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Terreiros e para Povos Ciganos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, garantiu que o governo tem feito a parte dele. “Temos várias políticas contra a criminalidade e vimos a diminuição nos casos de homicídios e latrocínios. Nosso sistema nacional para enfrentar a discriminação está presente em 20 estados e 21 municípios”.



Em 9/10 a CDHM, ao lado da Comissão de Cultura, promoveram audiência pública sobre atentados e crimes contra as comunidades religiosas de matriz africana, por requerimento dos deputados David Miranda (PSOL/RJ) e Camilo Capiberibe (PSB/AP). Veja [no QR Code ao lado](#) a íntegra do evento.

Memória, verdade e justiça

Reações à nova composição da Comissão de Anistia e à revisão das reparações concedidas

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, no início do ano falou em "pente-fino" nos benefícios já concedidos pela Comissão de Anistia e anunciou o indeferimento de 265 novos pedidos. Por sua vez, a deputada Carla Zambelli (PSL/SP) afirmou em Plenário que o número de processos é muito alto e que o governo gasta R\$ 53 milhões todo ano com os anistiados.

Palestrantes mostraram, em audiência pública da CDHM realizada em 03/04, indignação em relação às manifestações.

Para o ex-vice-presidente da Comissão da Anistia José Carlos da Silva Filho, as reparações são indenizações recebidas pelos anistiados porque eles tiveram que deixar suas atividades laborais em função da perseguição política. Por isso, não podem ser consideradas benefícios previdenciários. José Carlos afirmou que não é justo

Além disso, em 28 de março o governo publicara Portaria 378/2019, que incluiu entre os membros da Comissão de Anistia militares de carreira e pessoas com manifesta atuação contrária à concessão de reparação e à instauração da Comissão Nacional da Verdade.

Porém, de acordo com a manifestação da Procuradora Federal dos Direitos dos Cidadãos, Deborah Duprat, durante a audiência pública, a presença de integrantes das Forças Armadas em comissões com esse propósito pode gerar visão distorcida no processo de resgate da memória oficial, além de comprometer a imparcialidade e independência do colegiado

Assim, a PFDC encaminhou à ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, Recomendação Trabalho *(acesse a íntegra no QR Code ao lado)* para que revogasse a Portaria nº 378/2019, com objetivo de garantir que sejam asseguradas a imparcialidade e a independência aos seus integrantes. O documento alerta que toda a jurisprudência regional e internacional sobre o tema recomenda que a nomeação dos conselheiros deve recair sobre pessoas com competência em matéria de direitos humanos e com a neutralidade necessária para suas atribuições. Para assegurar o exercício da memória, o restabelecimento da verdade e a realização da justiça, justifica a recomendação, os órgãos com essa atribuição devem gozar de independência e imparcialidade, afirmando que “o perfil de seus membros é fator definidor para o fracasso ou sucesso de seus objetivos”.



Como a recomendação não foi cumprida, o Ministério Público judicializou o caso, que tramita na Justiça Federal do Distrito Federal.

O assunto voltou a ser debatido pela CDHM em agosto.

A Lei de Anistia foi assinada em 28 de agosto de 1979, há 40 anos, pelo então general presidente João Batista Figueiredo. O Brasil vivia tempos da chamada abertura lenta e gradual. A ditadura militar estava a caminho do fim. Cerca de sete mil pessoas viviam exiladas fora do país. Os porões da ditadura ainda mantinham aproximadamente oitocentos presos políticos.



Por ocasião da data, as Comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados promoveram o seminário “Amarga Espera”. Uma espera de quatro décadas por reparos na lei que, ao mesmo tempo que libertou presos políticos e trouxe milhares de brasileiros que viviam no exterior, também liberou de julgamento agentes do Estado que torturaram e mataram. O encontro foi solicitado pelos deputados Leonardo Monteiro (PT/MG) e Erika Kokay (PT/DF).

Os palestrantes, no evento, destacaram que não querem que a Lei seja alterada, mas que seja cumprida. “Já está previsto nela que todos que cometem crime de lesa humanidade não podem ser anistiados. E esse tipo de crime foi cometido aos montes durante a ditadura”, esclarece o capitão José Wilson da Silva, presidente da Associação de Defesa dos Direitos dos Atingidos por Atos Institucionais.

Cerca de 16 mil brasileiros recebem algum tipo de reparação através da Lei da Anistia, que abrange o período que vai de 1961 a 1979. Muitos já morreram e os viúvos recebem o benefício. São dois tipos de concessão. Um, de prestação continuada com valor máximo de seis mil reais. Outro, de pagamento único com teto de 100 mil reais. Eles são pagos a pessoas que sofreram perseguição política, banimento, tortura, por exemplo. Cerca de mais 10 mil processos ainda estariam, segundo o Comitê Brasileiro pela Anistia, no Ministério da Justiça para julgamento da concessão. Esses processos beneficiariam civis, militares, índios e lavradores, por exemplo.

Bebês e crianças sequestrados durante a ditadura: uma história para não esquecer

No dia 6/8, a história de crianças e bebês filhos de militantes contrários ao governo militar que foram retirados dos pais e mães e entregues para ser adotados por outras famílias foi, em parte, resgatada em audiência pública da CDHM.



O jornalista Eduardo Reina, que escreveu um livro sobre o tema, e que até agora era mais conhecido nos casos das ditaduras militares de países vizinhos, especialmente a Argentina e Chile, participou do encontro.

O título do livro é *Cativeiro sem Fim*, porque alguns não descobriram até hoje quem são os verdadeiros pais e os que conseguiram ainda tentam reconstruir a vida. Reina localizou e entrevistou dezenove filhos de desaparecidos políticos brasileiros e que foram entregues para serem adotados por outras famílias. O trabalho de pesquisa e reportagem durou duas décadas.

“Conseguimos furar uma bolha de invisibilidade e de ocultação sobre um dos crimes mais cruéis da ditadura brasileira das décadas de 60 e 70, o sequestro de bebês e crianças, filhos de militantes de esquerda”. O escritor lembra que na Argentina esse crime foi relatado pelo menos 500 vezes. “Isso levou para a cadeia um presidente da república, militares, familiares e adotadores. O mesmo aconteceu no Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia. Raramente esses fatos foram citados na mídia”.

A procuradoria já abriu 7 procedimentos sobre desaparecimentos de bebês e crianças durante a ditadura. Para a procuradora regional da República Eugênia Augusta Gonzaga, ex-presidente da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos, informou que na Comissão o próprio jornalista sugerira uma iniciativa que já existe na Argentina. “Lá, as pessoas que têm desconfiança de serem filhos de presos daqueles períodos, fazem parte de um banco de DNA. Essa ideia ficou como um projeto pendente da Comissão, mas lá já temos um banco de análise de DNA de familiares e de análises ósseas no caso da Vala de Perus”.

Durante a audiência, houve manifestações de solidariedade à procuradora. Ela e outros membros da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos foram demitidos pelo governo federal e substituídos por outros representantes.

Mineração

Vale e Ministério do Meio Ambiente não compareceram à audiência pública sobre Brumadinho

No coração do manganês pousa uma escritura de hipoteca e usura e o banco solerte praticando a arte do cifrão mais forte
Canto Mineral, Carlos Drummond de Andrade (1974)

No dia 25 de janeiro de 2019 rompeu barragem pertencente à mineradora Vale, no município de Brumadinho (MG), liberando 11,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração. De acordo com as investigações, nenhuma sirene de perigo foi acionada. 254 pessoas morreram e 16 continuam desaparecidas. Para avaliar os aspectos econômicos e institucionais do desastre, a CDHM promoveu, dia 28 de maio, uma audiência pública. Helder Salomão (PT/ES) foi quem solicitou a realização do debate.

“As grandes mineradoras, como a Vale, usam o sistema de automonitoramento, escolhem as empresas que monitoram e pagam por isso. Em Minas Gerais, tanto em Brumadinho como em Mariana, os auditores disseram que as barragens estavam estáveis e elas caíram. Há anos os auditores fazem as mesmas recomendações e nada acontece”, afirmou Bruno Milanez, pesquisador da Universidade de Juiz de Fora (UFJF).

Ele sugeriu que a Agência Nacional de Mineração tenha responsabilidade nas auditorias e que trabalhadores e comunidades também participem dessa fiscalização. “Porque são eles que estão embaixo dessas barragens, milhões de pessoas vivem em zonas de risco, principalmente na região de Congonhas”. O professor também ressaltou que faltam alternativas econômicas para esses municípios. “A mineração concentra renda e gera empregos com baixos salários, na faixa entre dois a quatro salários mínimos”. Milanez informa ainda que na região de Brumadinho de 60 a 70% da população é de não-brancos, e que a questão racial deve ser levada em conta nas licenças ambientais.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e Eduardo Bartolomeo, diretor-presidente da Vale foram convidados, mas não compareceram e não mandaram representantes.



“A mineração tem um tempo de vida, ela acaba. São municípios que dependem 100% dessa indústria, precisamos mudar a matriz econômica de cidades como Brumadinho, Congonhas e Ouro Preto”, ponderou Eduardo de Souza Leão, diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM).

No dia seguinte ao desastre de Brumadinho, o Ministério Público de Minas Gerais criou uma força-tarefa reunindo nove instituições e dividida em três núcleos, para acompanhar o caso. Para o Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, não há dúvida que a Vale é responsável pelas indenizações no que concerne às mortes e lesões corporais.

*O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga
Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?*

Lira Itabirana, Carlos Drummond de Andrade (1983)

Quatros anos após crime ambiental de Mariana: contaminação, prejuízos e abandono

Em 5 de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana. É o maior crime ambiental da história do país. Deixou 19 mortos, além da destruição de todo um ecossistema ao longo do Rio Doce até sua foz, atingindo municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo. A barragem era de responsabilidade da mineradora Samarco, controlada pelas empresas Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. O rompimento liberou cerca de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração por 663 km de rios e córregos.

Helder Salomão (PT/ES), Iriny Lopes (PT/ES), a Associação dos Defensores Públicos do Espírito Santo e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) passaram três dias em diligência por municípios capixabas afetados - Aracruz, Linhares, São Mateus e Baixo Guandu. Dialogaram com os moradores sobre como tem sido a vida deles desde que a barragem de rejeitos da Samarco se rompeu em Mariana.

Foto: Marina Lacerda

Os depoimentos são fortes, dolorosos, retratam o descaso e danos emocionais. Cada pessoa que usou da palavra descreveu dor e prejuízo. Gilberto, morador de Vila do Riacho há 10 anos reforçou que "a indenização tem que ser para todos e não só para alguns", referindo-se ao fato de que a Renova, empresa criada para cuidar dos atingidos, só reconhece como afetados e aptos a receberem a verba indenizatória os pescadores. "E como ficam os comerciantes, os donos de pousada, de restaurantes, os moradores que são impactados pela lama?", questionou Fiorotti, dono de uma pousada.



Por onde passou, a comitiva ouviu centenas de pessoas e elas foram unânimes em apontar o desserviço e o

descaso como são tratados pela Renova. Há quatro anos eles lutam para serem reconhecidos como atingidos, buscam a indenização para suprir os danos econômicos uma vez que a pesca e o turismo foram duramente afetados, pois "ninguém quer comer peixe contaminado e nem tomar banho em mar poluído por metais pesados", afirmou Antônio, morador de Barra Nova, município de São Mateus, que viu os turistas sumirem e o pescado da região ser rejeitado.

Os moradores também relataram problemas de saúde. Doenças de pele - aparecimento de furúnculos, coceiras e ardências, câncer, crescimento no número de pessoas usando óculos - inclusive crianças -, percepção no aumento de abortos espontâneos, depressão entre outras manifestações do organismo. Praticamente não há acompanhamento médico especializado às vítimas da lama. Também são constantes desmaios de crianças nas escolas.

Exames feitos pelas Universidade de São Paulo apontaram os efeitos dos metais no organismo. Foram pesquisados 10 componentes: alumínio, arsênio, bário, cádmio, chumbo, cobalto, manganês, mercúrio, níquel e selênio. Entre esses, arsênio, níquel e manganês foram os que apresentaram alterações mais significativas em algumas pessoas.

O alumínio, arsênio, bário, cádmio, chumbo, mercúrio e níquel são metais tóxicos. O contato se dá através da água, alimentos e origem animal e vegetais contaminados. A presença excessiva pode provocar náusea, vômitos, diarreia, anorexia, retardo mental, diabetes e infarto, por exemplo. Já o arsênio e o níquel, podem causar vários tipos de câncer e manchas na pele. O resultado da pesquisa da Universidade de São Paulo, que colheu amostras de 300 participantes, demonstrou que 298 apresentaram aumento de arsênio no sangue, 75 com nível elevado de níquel e 14 com índice acima da média de manganês.

A defensoria pública é um órgão que está ao lado das vítimas. A defensora Mariana Sobral destacou os direitos de todos e que as mulheres estão sendo deixadas de lado ao relatar que "a saúde é um direito dos atingidos, e as mulheres precisam de atenção especial". O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) calcula que cerca de 2 milhões de pessoas foram atingidas, mas apenas 8.537 foram indenizadas por danos gerais e 254 mil indenizadas por desabastecimento de água.

A CDHM realizou também audiência pública em 6 de novembro, sobre o rompimento, quando apresentou o relatório final da diligência ([acesse a íntegra no QR Code ao lado](#)). No documento, além dos registros da dura realidade de problemas enfrentados pelos moradores das regiões atingidas, a constatação de que, desde a primeira diligência realizada pela CDHM em 2016, nada mudou.

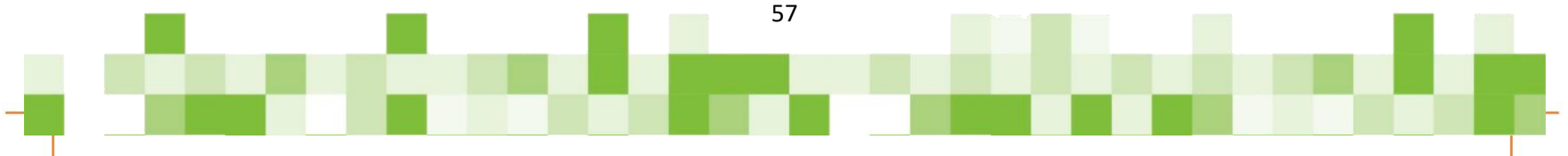


“Em 2016 a comissão identificou, entre outros, desrespeito aos direitos à informação e à participação, ao padrão digno de vida, à reparação por perdas, negativa de cadastramento de pessoas atingidas pelo desastre, impactos sobre a saúde dos atingidos. Quatro anos depois pudemos ver que nada mudou, que as violações continuam e o sofrimento aumenta”, declarou Salomão.

Foto: José Pennafort



São inúmeros os problemas enfrentados pelas comunidades atingidas. Dentre eles o fato de que a Renova, fundação criada com a finalidade de promover a recuperação ambiental e a reparação dos danos causados a milhares de pessoas, atua para dividir as comunidades ao reconhecer como atingidos apenas alguns pescadores – homens –, situação que reduz significativamente o número de pessoas com direito a indenização e exclui logo de entrada, as mulheres, pequenos agricultores, empreendedores, por exemplo.



Dentre os problemas denunciados em relação à Renova está o não cumprimento do acordo para garantir assessoria técnica para os moradores no processo de reparação. Segundo o promotor de justiça de Minas Gerais, integrante da força-tarefa que atua no caso do rompimento da barragem da Vale em Mariana, André Prado, “a Vale está desidratando os planos de assessoria técnica transformando-os em meros planos formais que não vão fazer o trabalho necessário em campo, alegando que o custo é muito alto, aplicando uma lógica de negar direitos”.

A negligência por parte do Poder Judiciário diante dos abusos e vulnerabilidades a que estão expostas a população atingida foi questão levantada pela representante da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) Tchenna Maso, que declarou “temos instituições aliadas, mas temos também o Poder Judiciário sendo omissivo no seu papel de efetivação da justiça e na garantia de acesso à justiça”.

A representante do MAB anunciou, também, que foi protocolada na Comissão Interamericana de Direitos Humanos uma denúncia contra o Estado brasileiro por todas essas violações sofridas pelos afetados pelo crime de Mariana.

“A bomba das três e meia da tarde”: a mineração de ouro em Paracatu

“Todos os dias às três e meia da tarde tem a detonação de uma bomba cada vez mais potente porque a rocha está cada vez mais dura. As casas não estão trincadas, elas vão mesmo é cair. As comunidades mais próximas ficam a 500 metros da mina e as famílias não dormem por causa das máquinas que trabalham 24 horas. Além disso, tem a contaminação do sangue por causa do arsênio usado na mineração”. O depoimento é Mauro Mundim da Costa, da Central das Associações de Bairros de Paracatu.

Ele participou de audiência pública da CDHM, em 14 de agosto, sobre violações de direitos humanos na mina Morro do Ouro em Paracatu (MG). A mina é a maior do país em volume e área de minério de ouro no país, e é explorada pela empresa canadense Kinross. Em 2018, bateu recorde de produção. Foram 14,7 toneladas, que correspondem a cerca de 25% da produção de ouro no país. O debate foi solicitado pelos deputados Rogério Correia (PT/MG), Leonardo Monteiro (PT/MG) e Padre João (PT/MG).

Dentre as denúncias de violações de direitos humanos por causa das atividades da mineração estão a expropriação e destruição de territórios quilombolas, criminalização dos garimpeiros artesanais, comprometimento das atividades produtivas tradicionais, impactos das explosões e ruídos sobre as condições das moradias, uso indiscriminado de água, destruição das nascentes, contaminação ambiental, riscos à saúde da população, sonegação e renúncia fiscal.



Para exploração da mina, a Kinross construiu duas barragens, a de Eustáquio e a de Santo Antônio. As duas estão localizadas próximas ao Rio São Francisco. Essa é outra preocupação das comunidades que vivem próximas da mina e abaixo das barragens.

Silvano Avelar, da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), alerta que “quando uma bomba estoura na mina de ouro é como se acendesse o pavio para romper as barragens. Só em dois locais próximos moram mais de 600 pessoas”.

Depois do rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho, Viviane Souza, do Movimento Todos em Defesa da Vida, diz que “nós que vivemos em regiões abaixo de barragens nos perguntamos qual será próxima a romper, meus filhos não dormem mais sozinhos e quando saio para o trabalho deixo eles na casa da minha mãe. Que nos tirem de lá, não deixem o pior acontecer para depois indenizar meia dúzia de sobreviventes”

“A mina apresenta sérios riscos para a população. O arsênio, um metal pesado, usado no processo de mineração vem contaminando as águas do município e região e também contamina o ar. Chega de mortes e destruição do meio ambiente”, ressaltou Padre João (PT/MG).

Ana Murata Galeb, do Movimento dos Atingidos por Barragens, ressaltou que a Kinross teria uma incidência muito grande no Poder Judiciário, não só pelo poder econômico, mas também pelo conservadorismo. “Ontem mesmo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais suspendeu os direitos concedidos como antecipação de tutela aos moradores que vivem próximo de barragens nas cidades de Macacos e Congonhas”.

Em 2011, o Ministério Público Federal (MPF) fez um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a mineradora para reduzir as consequências ambientais com o descomissionamento das barragens e um depósito mensal de 1 milhão reais com esse propósito.

A Kinross do Brasil mandou ofício à CDHM informando que não compareceu à audiência porque os representantes da mineradora estariam em agendas oficiais. Rogério Correia (PT/MG) disse que a ausência da Kinross na audiência é “uma demonstração de pouco apreço tanto ao Congresso como ao povo de Paracatu e do Brasil”.

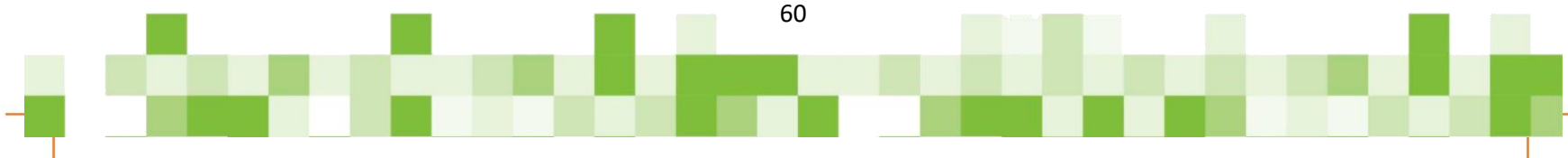
Contaminação por resíduos tóxicos no Brasil: um crime sem data para terminar

O relator especial da ONU para substâncias e resíduos tóxicos, Baskut Tuncak, esteve no Brasil em missão especial no Brasil e o primeiro compromisso do especialista independente no país foi uma audiência pública na CDHM em 3/12 (*assista a íntegra pelo QR Code ao lado*). De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a exposição aos resíduos químicos pode ser a maior causa de doenças e mortes em todo o mundo. O problema mata os pobres de forma desproporcional, com mais de 90% da incidência de doenças associadas ocorrendo em países de baixa ou média rendas. Crianças e grupos minoritários são os mais afetados. Tuncak ouviu uma série de relatos da sociedade civil sobre a destruição do meio ambiente, violação dos direitos humanos e envenenamento da população.



“O poder decidiu que temos que consumir veneno. Temos uma liberação de agrotóxicos como jamais se viu. Mas não é só a liberação, tem o campo dominado pelo agronegócio, sem reconhecimento de terras indígenas ou quilombolas. Houve derramamento de óleo em grande parte do litoral e os planos de emergência não foram acionados, o mesmo com a mineração em terras indígenas. Vivemos um mundo de suspensão”, afirmou no evento Debora Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.

Dyarley Viana, ex-catadora, deu um exemplo dessa situação. Ela mora na Vila Estrutural, em Brasília, a poucos quilômetros do Congresso. No local ficava o conhecido “lixão da Estrutural”, o maior da América Latina e que foi desativado pelo Governo do Distrito Federal em 2018. “Mas fizeram tudo errado, tiraram o trabalho de milhares de catadores, aterraram tudo com toneladas de cimento em cima de lixo orgânico, que vai produzir uma quantidade imensa de gás metano. Na verdade, o objetivo era nos afastar das áreas centrais da cidade porque somos negros e pobres”.



O coordenador da Comissão Externa destinada a acompanhar as investigações que visam apurar as responsabilidades pelo derramamento de óleo no nordeste brasileiro, João Daniel (PT/SE), informou que o primeiro registro do derramamento de óleo na costa foi dia 30 de agosto e só em 5 de outubro, depois de uma denúncia feita por políticos e movimentos ambientalistas, que o governo federal fez menção ao tema. Naquele momento o petróleo já havia chegado a 11 estados e 126 municípios. “E até hoje não se sabe a origem do óleo”.

Leonardo Penafiel Pinho, presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), pediu que os sistemas internacionais de direitos humanos tripliquem a atenção sobre o Brasil. “Houve o aniquilamento dos espaços de participação social, entre eles o Conselho Nacional do Meio Ambiente, diminuindo em 76 por cento a participação de membros da sociedade civil”.

“Os desastres ambientais no Brasil são acidentes químicos ampliados, assim como a exposição continuada a agrotóxicos pulverizados. Os impactos não são delimitados no tempo e no espaço, são espalhados e se prolongam no tempo. Situações de risco que vão se multiplicando. E o maior impacto é na saúde mental das populações atingidas”.

Para Thaís Garcia, defensora pública federal “vivemos uma situação de contaminação progressiva provocada pela liberação acelerada de agrotóxicos. E o Estado brasileiro nunca esteve preparado para agir em desastres ambientais e isso desde o Césio 137 em 1987. E quem arca com as consequências desses desastres é a população mais pobre”.

Adair Almeida, geraizeiro do norte de Minas Gerais, conta que “desde a década de 70, resíduos tóxicos são derramados nas



nossas terras, meu pai e minha mãe morreram de câncer por causa disso. Isso é triste, mas dá indignação para lutar por mudanças”.

Baskut Tuncak afirmou que ficou comovido com o que ouviu durante a audiência pública. “Quero saudar todos vocês pela coragem pelo que estão fazendo, com ameaças de morte e agressões. O que estamos vendo é uma reversão dos valores quando falamos em questões ambientais”. Tuncak reconheceu que há “uma diminuição do espaço para a participação popular, graves ataques aos defensores ambientais, aos

direitos humanos, represálias, intimidações, até assassinatos por causa do seu ativismo em defesa dos direitos universais”. Seu relatório será apresentado em 2020 no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Parceria com Nações Unidas

CDHM discute revisão de meio período na RPU

A cada quatro anos, todos os 193 países que fazem parte da Organização das Nações Unidas (ONU) passam por uma avaliação internacional sobre a situação dos direitos humanos. É a Revisão Periódica Universal (RPU). O Brasil já passou por três ciclos de avaliação da RPU, em 2008, 2012 e em 2017.

A CDHM debateu, em audiência pública ocorrida no dia 7/12/2016, o relatório a ser enviado pelo Estado Brasileiro à ONU. Além disso, em maio de 2017, em Genebra, durante a Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, membros do colegiado participaram de reuniões, assim como apresentaram relatório próprio sobre a situação dos direitos humanos no Brasil à época.

No último ciclo da revisão, em 2017, o Brasil recebeu 246 recomendações ([acesse-as no QR Code ao lado](#)). Entre elas, 242 foram aceitas pelo país e apontaram problemas causados pela violência policial, a necessidade de reformas no sistema penal, políticas que ampliem a igualdade racial e de gênero, o acesso a serviços públicos de qualidade e iniciativas para a redução dos índices de pobreza.

O Estado Brasileiro se comprometeu, em 2019, a elaborar e enviar o relatório de meio período sobre a implementação das recomendações, assim como realizar uma consulta pública sobre esse documento. A CDHM fez audiência pública no dia 28 de agosto para debater a revisão de meio período brasileira.

O relatório de meio período do governo brasileiro esteve sob consulta, por uma semana, no endereço eletrônico, mas a sociedade civil criticou a insuficiência do método.



Fernanda Lapa, representante do Coletivo RPU, afirmou que o coletivo se colocou à disposição do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, mas ressalta: “Nunca fomos chamados, não tivemos um diálogo participativo e encontramos um documento de 213 páginas que não mostra o enfrentamento das recomendações, de forma atual e concreta. Além disso, fala de políticas e atividades de 2002, 2007 ou 2018 e, pior, que não existem mais. Por que, e para quem enviar um relatório como esse”.

No mesmo tom seguiu Kleber Karipuna, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Das 242 recomendações, 32 são sobre os povos indígenas. “Nenhuma foi cumprida ou acatada. O Estado brasileiro não demonstrou nenhum esforço, ao contrário, dissemina o preconceito e estimula a violência e já chamou terras indígenas de zoológico”. O diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do Ministério das Relações Exteriores, João Lucas de Almeida, contestou. “O governo está comprometido e é um dos primeiros países da região a apresentar um relatório sobre meio período, o Brasil está fazendo isso pela primeira vez”.

Comitiva da CDHM, integrada pelos parlamentares Helder Salomão (PT/ES) e Érika Kopay (PT/DF), participou, no mês de setembro, de atividades relacionadas à revisão de meio período. A comitiva se reuniu com especialistas do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, com a Relatora Especial das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, e com Michele Bachelet, Alta Comissária. Participou, ainda, do evento paralelo *Human Rights in Brazil*.

Proposta de cooperação entre a ONU e a Comissão de Direitos Humanos e Minorais é entregue por Maia a Bachelet



No dia 13/12 o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, formalizou perante a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michele Bachelet, proposta de criação de Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal (RPU) no âmbito da CDHM.

O projeto foi desenhado a partir da missão oficial da CDHM a Genebra. Isso porque, embora o Brasil se submeta voluntariamente à RPU, inexistente mecanismo de acompanhamento da implementação destas recomendações internamente.

Essa ideia já era gestada há muitos anos. “A criação de uma cooperação estruturada entre a ONU e a CDHM para produção de conteúdo analítico que oriente as políticas públicas brasileiras é almejada desde que a RPU foi instituída. Na qual conjuntura, de ataque às instituições de direitos humanos, a necessidade disso aumentou”, pondera Érika Kokay.

Conforme registrou Rodrigo Maia no documento, a CDHM foi criada em 1995, após a Conferência de Viena de 1993, e “tem sido um dos principais atores nacionais em questões de direitos humanos, bem como um interlocutor relevante do ACNUDH”.

Previdência social

Seminário e audiências debateram a reforma da previdência proposta pelo governo federal

O governo federal apresentou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição 6/2019, que previa mudanças para servidores públicos, militares e trabalhadores da iniciativa privada. No dia 12 de novembro, o Congresso promulgou a reforma da Previdência, que já está em vigor e mudou as regras para aposentadoria e pensão.

Para debater a proposta, a CDHM promoveu, em 23/05, o Seminário Internacional “A reforma da previdência social e seus impactos aos direitos fundamentais”.

“Não é uma reforma da Previdência, foi um ajuste fiscal para acertar as contas do Tesouro Nacional e não resolve o maior desafio que temos, que são as fontes de financiamento, e retira mais de um trilhão de reais dos trabalhadores mais pobres para as empresas de capitalização”, denunciou Carlos Eduardo Gabbas, ex-ministro da Previdência Social e especialista em Gestão de Sistemas de Seguridade Social.

O ex-Ministro informou que esse tipo de sistema foi implantado em 30 países, dos quais 18 já voltaram para o formato solidário: “Está na Constituição que a seguridade será financiada por contribuições de toda a sociedade. O nosso sistema já reproduz desigualdades, o filho do trabalhador pobre não tem a mesma oportunidade do rico. Há trabalhadores que não vão conseguir chegar aos 55 ou 60 anos com saúde para continuar trabalhando e se aposentar”, pondera.

Um exemplo sempre citado pelo governo brasileiro, na defesa da reforma da Previdência, é o que foi feito no Chile em 1981, ainda sob a ditadura de Augusto Pinochet. Na época, o país instituiu um modelo de capitalização no sistema previdenciário, onde cada trabalhador pagaria sua própria previdência. Ou seja, o sistema público de Previdência passou a ser privado. Anos mais tarde, esse sistema serviria de inspiração também para México, Colômbia e Peru. Passadas quatro décadas, a experiência chilena resultou em benefícios de baixo valor. Mas esse mesmo modelo viria a ser motivo de fortes manifestações de rua do povo chileno no segundo semestre de 2019.



“O que aconteceu no Chile foi uma transferência de recursos financeiros da população para grandes grupos econômicos. Um estudo mostra que 27 empresas, tanto chilenas como multinacionais, foram beneficiadas com a capitalização. Entre os grandes estão Santander e BTG Pactual”, informou Recaredo Gálvez, da Fundación Sol do Chile.

“Com a capitalização para fins de aposentadoria totalmente bancada pelo trabalhador, milhões de pessoas foram obrigadas a entregar 10% de seus salários a arapucas especulativas, sem haver nenhuma contribuição dos empregadores, nem do Estado”, acrescentou Carolina Espinoza, representante da coordenação No Más AFP (sigla para administradora de fundo de pensão).

De acordo com o Estudo de Estatísticas Vitais, do Ministério de Saúde e do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) do Chile, entre 2010 e 2015, 936 adultos maiores de 70 anos tiraram sua própria vida. O levantamento aponta que os maiores de 80 anos apresentaram as maiores taxas de suicídio, quase 18 para cada 100 mil habitantes. A média nacional é de 10,2. Conforme o Centro de Estudos de Velhice e Envelhecimento, os índices crescem ano a ano, e refletem a “mais alta taxa de suicídios da América Latina”.

Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, explica o contexto no qual o governo se baseia para propor a reforma. Ela afirma que o rombo das contas públicas está no sistema da dívida e não na Previdência Social: “A gênese desta reforma inicia no Banco Central e como ele faz para gerar a dívida pública desde o Plano Real, destinando a maior parte do orçamento para pagar juros e amortizações e quanto mais paga, mais deve”. Fattorelli sustenta que não há um déficit da Previdência. De acordo com a especialista, há uma crise “fabricada para beneficiar grandes bancos, destruindo a seguridade social para entrar a capitalização”.

De acordo com a diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Edjane Rodrigues, “vai haver êxodo rural e saída da juventude do campo e ameaça também a produção de alimentos saudáveis e terá impacto em 70% dos municípios, onde os repasses das aposentadorias rurais supera o orçamento”.

A CDHM promoveu outras duas audiências públicas sobre o tema. No dia 21 de maio, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, para ouvir o Secretário de Previdência, Rogério Marinho. O requerimento foi do deputado Bira do Pindaré. E, no 11 de junho, a CDHM promoveu outra audiência pública, desta vez em parceria com CIDOSO e as Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. Os deputados Camilo Capiberibe (PSB/AP), Denis Bezerra (PSB/CE) e Danilo Cabral (PSB/PE) solicitaram a realização do encontro. O debate analisou as consequências da reforma da Previdência proposta pelo governo federal para os idosos e trabalhadores em situações de vulnerabilidade como seringueiros e pescadores. Para o deputado Camilo Capiberibe (PSB-AP), são realidades que também precisam de atenção. Ele citou, por exemplo, o pescador que pelas regras propostas pelo governo deverá recolher INSS sobre a sua produção. “Um pescador que mora numa comunidade que fica a mais 20 horas de um posto do INSS, como é que essas pessoas que trabalham de sol a sol para se sustentar, muitas vezes em regime de subsistência, vão conseguir reunir R\$ 600 por ano e recolher o INSS?”, indagou.

Quilombolas e a Base de Alcântara

Em março deste ano, o governo federal assinou em Washington (EUA) um acordo de salvaguardas tecnológicas que permite o uso comercial da Base Aérea de Alcântara. O acordo prevê que os Estados Unidos possam lançar satélites e foguetes da base maranhense e foi aprovado pelo Congresso Nacional em novembro.

Ao longo de 2019, a CDHM realizou duas audiências públicas e uma diligência sobre o assunto. Isso porque, embora o Acordo de Salvaguardas não o preveja expressamente, a aeronáutica pretende a expansão do terreno em mais 12 mil hectares – o que é chamado, pelos militares, de consolidação da área do CLA. A expansão deve implicar no deslocamento de 2 mil quilombolas de 27 comunidades.

Na audiência realizada em 10/4, o ministro Marcos Pontes informou que as consultas às comunidades seriam feitas em uma segunda fase do projeto, após a aprovação do acordo. A Convenção nº 169 da OIT prevê, porém, consulta prévia a povos e comunidades tradicionais atingidas por empreendimentos.

Foto: Pedro Calvi



A diligência ocorreu nos dias 04 e 05 de julho, em Alcântara e São Luiz. Fizeram parte do grupo Helder Salomão (PT/ES), Bira do Pindaré (PSB/MA) e Márcio Jerry (PCdoB). Também participaram da diligência a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Déborah Duprat, e Hilton Araújo de Melo, Procurador da República no Maranhão, além de representantes da sociedade civil e lideranças políticas locais.

Foi a segunda diligência da CDHM a Alcântara. Em dezembro de 2018, a Comissão encontrou-se com quilombolas e representantes do judiciário e do governo estadual do Maranhão.

Entre outras recomendações, a comitiva sugere que seja assegurado pelo Congresso Nacional o direito de consulta prévia, livre e sejam prestadas informações às comunidades de todas as fases da instalação das novas operações no CLA.

Durante a diligência, mais de 40 lideranças das comunidades tradicionais foram ouvidas em três encontros. Além de informações sobre os termos do pacto, o grupo pediu a imediata regularização dos problemas decorrentes da instalação do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), ainda na década de 1980, quando mais de 300 famílias foram remanejadas de suas casas para a construção da Base. Elas estão alojadas nas chamadas agrovilas.

“A gente não tem sossego há 20 anos e nós temos nossos direitos. Tudo nós temos aqui, somos ricos de tudo, peixe, marisco, aqui tudo dá, é uma terra rica. *Chega de sofrer*, se eu sair daqui vou fazer o quê? Na cidade a gente não vai conseguir viver, não tem trabalho, só tem violência. Para essas agrovilas prometeram um monte de coisa, roça motorizada e escola de primeiro mundo. Não fizeram nada”, conta Seu Cipriano Dinis, 62 anos, morador da Mamuna.



A diligência ([acesse relatório no QR Code ao lado](#)) incluiu visita às comunidades de Marudá e Mamuna e reunião com representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais de Alcântara, o grupo participou também de audiência com o governador do Maranhão, Flávio Dino, e com secretários de estado do Meio Ambiente e Direitos Humanos. Dino firmou que, se o governo federal delegar para o estado a titularização das terras, o governo estadual vai arcar com as despesas e fará todo o processo.

Foto: Pedro Calvi



Na audiência pública realizada em 10/7, os quilombolas voltaram a pontuar que antes de qualquer discussão sobre este acordo, querem a titulação dos territórios. “Como vamos dialogar com o Estado se não temos o título definitivo de uma área que é nossa? Como vai ser o passo a passo deste projeto, como ele vai acontecer? Se a gente soubesse não estaríamos aqui, nesta situação. E isso tem nome, é racismo institucional estrutural contra negros, indígenas, quilombolas, qualquer população



tradicional deste país”.

Em 4/12, em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia, o ministro Marcos Pontes, disse que uma eventual expansão da base de Alcântara, no Maranhão, será discutida com as comunidades quilombolas da região durante 2020. Algumas reportagens publicadas na imprensa indicaram a possibilidade de remoção de 350 famílias, o que foi um dos motivos para a audiência.

Refugiados e deslocados

Medidas do governo contra a Lei de Imigração dificultam a situação de refugiados no país

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), em 2018 foram quase 71 milhões de migrações forçadas em todo o mundo. Dois milhões e 300 mil pessoas a mais que em 2017, que era o recorde anterior. Mais da metade são de crianças e adolescentes. Nesse mapa, o Brasil também teve um aumento considerável no número de solicitações para reconhecimento da condição de refugiados.



Segundo dados divulgados pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) na 4ª edição do relatório “Refúgio em Números”, o Brasil reconheceu, apenas em 2018, um total de 1.086 refugiados de diversas nacionalidades. Assim, o país atingiu a marca de 11.231 pessoas reconhecidas como refugiadas pelo Estado brasileiro. Desse total, os sírios representam 36% da população refugiada com registro ativo no Brasil, seguidos dos congolezes, com 15%, e angolanos, com 9%.

Por causa do deslocamento de venezuelanos, o ano de 2018 foi o maior em número de solicitações de reconhecimento de condição de refugiado. No total, foram mais de 80 mil solicitações em 2018, sendo 61.681 de venezuelanos. Em segundo lugar está o Haiti, com 7 mil solicitações. Na sequência estão os cubanos (2.749), os chineses (1.450) e os bengaleses (947). Os estados com mais solicitações em 2018 são Roraima (50.770), Amazonas (10.500) e São Paulo (9.977). Para se ter uma ideia do crescimento de solicitações, Roraima recebeu quase 16 mil solicitações em 2017 – um aumento de mais de 300%.

A situação dessa população foi discutida em audiência pública da CDHM, no dia 20 de agosto.

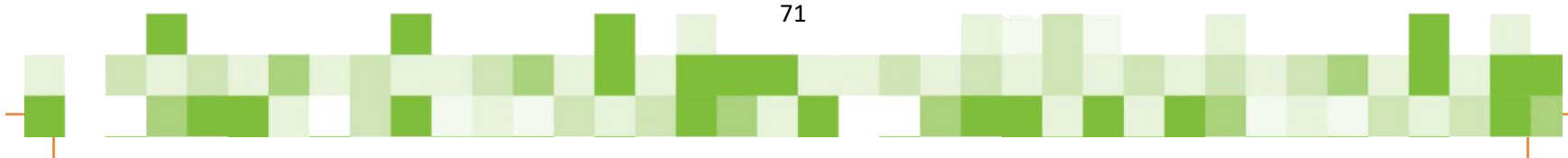
Paulo Sérgio Almeida, da Acnur no Brasil, explicou que refugiados podem ser solicitantes de refúgio, deslocados internos e apátridas. Essas situações são forçadas por causa de guerras, perseguição política, por raça ou religião, por exemplo. A lei nº 9.474 de 1997, conhecida como a Lei de Imigração, determina quem é considerado refugiado. Ele informou que cerca de 4 milhões e 300 mil venezuelanos já saíram do país, por motivos como ameaças de morte, inflação, insegurança e desabastecimento. “Hoje temos 13 abrigos em Roraima com 7 mil alojados. Também já recebemos cerca de 4 mil indígenas, que estão se espalhando pelo Pará, Amazonas, Ceará, Maranhão e Piauí, e estão em situação extremamente vulnerável”. Almeida acrescenta outros números sobre a migração venezuelana: 57% são jovens e 96% querem ficar no Brasil.

O Comitê Federal de Assistência Emergencial destacou que cerca de 10 mil refugiados já foram interiorizados principalmente para estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Mato Grosso.

Camila Lissa Asano, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e da Conectas Direitos Humanos, alertou para o descumprimento da Lei de Imigração pelo governo federal. “A lei está sofrendo sérios ataques por parte do Ministério da Justiça, com a publicação da Portaria 666 que autoriza o agente de fronteira a impedir a entrada de quem busca refúgio e também cria a deportação sumária, sem direito de defesa. Isso é inconstitucional e já fizemos uma recomendação pedindo a revogação da portaria”.

O representante da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) disse que o Comitê tem hoje 180 mil processos de pedido de reconhecimento de refúgio. “A análise é complexa e demorada e quanto aos venezuelanos, se fossemos analisar à luz da nossa legislação, seriam indeferidos”.

Túlio Gadêlha (PDT/PE) que, junto com Joênia Wapichana, pediu a realização do debate, afirma que, em relação aos venezuelanos, “precisamos de políticas públicas consistentes para integra-los em nossa sociedade, garantir possibilidades de trabalho, renda e moradia para que a sua presença aqui”.



CDHM e ONU promoveram treinamento sobre direitos de refugiados



Servidores, CNEs, secretários parlamentares e estudantes participaram, no dia 6 de setembro, de um treinamento promovido pela Comissão em parceria com Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), sobre asilo de refugiados e o que prevê o direito internacional sobre o tema. Federico Martinez, representante Adjunto do ACNUR Brasil fez as exposições.

Federico explicou como é feita a elegibilidade de quem pede asilo, em quais condições esse pedido pode ser aceito, quem pode ser considerado um refugiado e as etapas de todo o processo junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (*Conare*). Também foram apresentados cases de concessão, ou não, de asilo. O representante da Acnur também falou sobre o trabalho feito no Brasil junto a refugiados venezuelanos com a Operação Acolhida.

“A Faixa de Gaza é um imenso campo de concentração”, afirmou embaixador da Palestina no Brasil em audiência pública

O Brasil mantém relações diplomáticas formais com o Estado da Palestina desde que o Governo brasileiro reconheceu formalmente o país, em 2010. Porém, a relação entre brasileiros e palestinos começou no início do século XX, com a vinda de palestinos para o país, em busca de refúgio e de melhores condições de vida. Naquela época, fugiam da Primeira Guerra Mundial e da perseguição do Império Otomano. Depois, a segunda e maior vinda de palestinos para o Brasil foi causada pelas expulsões do território para a criação do Estado de Israel em 1948. Desde então, a região vive em permanente conflito.



De acordo com a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), existem hoje 59 campos de refugiados palestinos. Eles estão espalhados pela Jordânia, Líbano, Síria, Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Só em Gaza são 8 campos com cerca de 1 milhão e 400 mil refugiados, o que corresponde a 83% da população. Na última década, a situação socioeconômica dessa população piorou em consequência de anos de ocupação, de conflitos e do bloqueio à região. A maioria ficou dependente da ajuda internacional.

Esses números, as denúncias de violação de direitos humanos e as relações entre o Brasil e Palestina, foram discutidos pela CDHM em 8 de outubro. O encontro foi solicitado por Erika Kokay (PT/DF), Márcio Jerry (PSB/MA) e Helder Salomão (PT/ES).

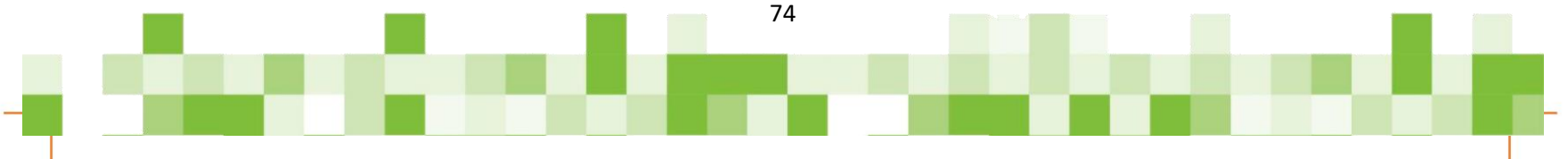
“Nosso conflito não é entre judeus e cristãos, mas um conflito diplomático, geopolítico e econômico. O povo palestino sofre, desde 1917, um sistema de castigos coletivos, assassinatos, perseguições, destruição de casas e contaminação dos aquíferos. Israel não respeita e nem acolhe nenhuma das resoluções do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Já foram mais de 700 recomendações”, contou Ibrahim Alzeben, embaixador da Palestina no Brasil. Ele também aponta o armamento de novos colonos para provocar terrorismo na região. “São assassinatos de jovens e crianças, transformando a Faixa de Gaza num imenso campo de concentração com 365 quilômetros quadrados. O povo palestino seguirá na luta, exigindo soberania e paz até a independência”.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), passados 71 anos do êxodo, o número de presos políticos palestinos em prisões israelenses é grande. Desde 2015, mais de 10 mil palestinos foram presos; desde 1967, 800 mil; e mais de um milhão desde a Nakba, em 1948. Em março de 2019 eram 5.450 presos políticos palestinos espalhados em 17 prisões, 2 centros de detenção e 2 centros de interrogação israelenses. Deste total, 540 presos cumprem prisão perpétua, 68 condenados cumprem penas de mais de 20 anos e 497 estão em detenção administrativa.

Em 2013, o Unicef publicou um relatório apontando que os maus-tratos de crianças palestinas no sistema de detenção militar israelense são generalizados, sistemáticos e institucionalizados. Desde 2000, pelo menos 8 mil palestinos com menos de 16 anos foram detidos, interrogados e acusados pela justiça militar israelense. Conforme estipulado pela Ordem Militar 1651, crianças palestinas dos 12 aos 13 anos estão sujeitas a penas de 6 meses; dos 14 aos 15 anos, 12 meses na prisão. Já um levantamento realizado pela ONG Dci Palestine afirma que 2016 foi o ano com mais mortes de crianças palestinas pelas forças israelenses nos últimos dez anos, com 32 mortos na Cisjordânia e Jerusalém Oriental.

Pedro Charbel, pesquisador e ativista dos direitos humanos, deu o exemplo de iniciativas que podem colaborar com a causa palestina. “O parlamento chileno, por exemplo, aprovou uma medida que impede a entrada de produtos de assentamentos ilegais israelenses, e isso é o mínimo que podemos fazer”.

A professora Berenice Bento, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, trouxe uma reflexão para os defensores de direitos humanos brasileiros. “Nossos ativistas deviam agir de forma mais firme e ampla. Temos movimentos dos negros, feministas, indígenas e LGBT, entre outros. Esses movimentos, com suas identidades e lugares de fala não poderiam entender também o sofrimento distante? Não precisamos da mesma língua ou proximidade. Precisamos de solidariedade”.



Saneamento básico

Os serviços de fornecimento de água e esgoto foram privatizados em Manaus e no interior do Amazonas há 20 anos. Antes, o sistema era operado por uma empresa estatal. A concessão vale por 30 anos. Mas, bem antes, os resultados da privatização já foram contestados pela população. A tarifa aumentou, na capital falta água e o esgoto não chega a dez por cento das moradias. No interior nenhum município foi atendido. O Estado voltou a colocar recursos para que não haja um colapso no atendimento. Manaus está na frente de dois dos maiores rios do mundo, o Negro e o Solimões, e o estado inteiro em cima de um imenso aquífero.

Este ano o governo federal apresentou medida provisória para atualizar o marco legal do saneamento básico e alterar uma lei de 2000. A MP foi aprovada em dezembro.

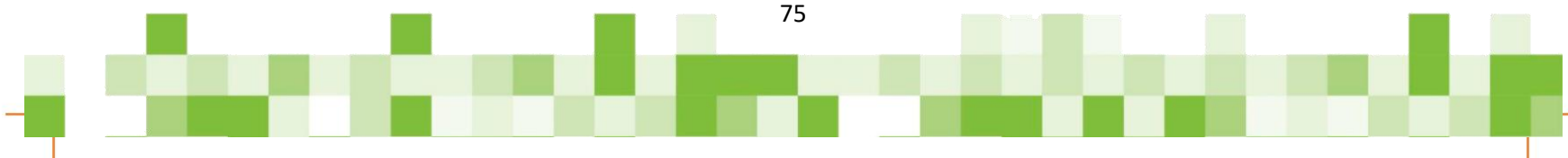
Com a mudança, passou à Agência Nacional de Águas a responsabilidade para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento básico em todo país.

Para discutir a situação, a CDHM e as Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, a de Legislação Participativa e a de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados promoveram audiência pública que reuniu cerca de duzentas pessoas, solicitada pelo presidente da CDHM, Helder Salomão (PT/ES) e também pelos deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Glauber Braga (PSOL/RJ) e Luiza Erundina (PSOL/SP).

Além disso, em maio, seminários em todas as regiões do país debateram a MP, nos estados de Santa Catarina, Bahia, Amazonas, Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Promoveram os eventos das Comissões de Desenvolvimento Urbano, de Integração Nacional, de Desenvolvimento e da Amazônia e a de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. Pediram a realização dos debates os deputados Helder Salomão (PT/ES), Joseildo Ramos (PT/BA), Leonardo Monteiro (PT/MG), Frei Anastácio (PT/PB) e José Ricardo (PT/AM).

Renata Vallim, da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), destacou que onde há falta de saneamento e de água, as mulheres pobres são as primeiras e mais prejudicadas. “Um relatório da ONU de 2016, mostra que as mulheres são responsáveis pela garantia de água nos lares, gastam de duas a oito horas diárias para buscar água”.

No mundo todo já foram registrados mais de 267 casos de reestatização dos serviços de esgoto e água. Os motivos foram a falta de transparência, precariedade, aumento dos preços e a insatisfação usuários. O Brasil ocupa o segundo lugar neste ranking, onde 77 municípios do Tocantins e Itu em São Paulo voltaram a ter serviços públicos para o setor. Em primeiro lugar está a França. Também já decidiram reestatizar essas serviços cidades como Berlim, Buenos Aires e Budapeste.





De acordo com uma pesquisa realizada em 2017 pelo Instituto Mais Democracia, 58% das empresas privadas que atuam em saneamento básico são ligadas a cinco instituições financeiras internacionais e essas empresas atendem 88% dos municípios. Em 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que água e saneamento básico são direitos humanos.

Saúde e inclusão

Como disse Asperger: “para se ter sucesso na ciência e na arte, é preciso uma pitada de autismo”

“Não queremos romantizar o autismo, dizer que somos anjos azuis incapazes de fazer uma maldade. Não queremos ser inspiração para pessoas sem deficiência que usam a mídia, a publicidade e até nossas famílias para mostrar supostos casos de superação e assim se beneficiarem, nos tornando objetos. Quando a imagem de uma pessoa com deficiência é colocada, junto com uma mensagem “se ela conseguiu, você consegue”, quer dizer que por pior que seja a situação, pessoas sem deficiência ainda estão melhor do que pessoas com deficiência”. Essas afirmações foram feitas por Amanda Pascoal, da Abraça (Associação Brasileira por Ação pelos Direitos das Pessoas Autistas), em audiência pública no dia 18 de junho.

Ana Beatriz de Souza (*assista a íntegra da entrevista com com ela pelo QR Code ao lado*), coordenadora do Grupo Neurodiversos da Casa da Esperança de Fortaleza e administradora da página Vida no Espectro, explica que, para os autistas, esse processo funciona da mesma forma que para qualquer outra pessoa: “Se a pessoa tem vergonha, que ficam escondidas, têm uma identidade negativa. Isso provoca depressão e até suicídio. Quem se identifica, se assume como autista, quer seus direitos, mas não milita. A Identidade politizada participa dos movimentos e luta pelos direitos dela e dos outros, e essa é formada através da convivência em grupo”.



“Temos que ter políticas públicas para diagnóstico, atendimento especializado e medicamentos para os portadores do autismo. O país carece de dados oficiais, mas estima-se que 2 milhões brasileiros sofrem com o transtorno autista”, destacou o deputado Padre João (PT/MG) que, junto com Áurea Carolina (PSOL/MG), solicitou a audiência pública.

Rita Louzeiro, do Coletivo de Mulheres com Deficiência do Distrito Federal, lembrou de uma audiência pública feita em 2016: “Invadimos a audiência que era sobre o dia do autismo, mas sem nenhum autista. Hoje, na mesa só tem autista, isso é um avanço. Mas continuamos sem atendimento adequado e sem serviços

adaptados”. A presidente da Associação Brasileira por Ação pelos Direitos das Pessoas Autistas, Fernanda Santana, lembrou que “historicamente viemos sendo representados pelos nossos pais até nas decisões. Mas isso tem que mudar. Queremos representação nos movimentos sociais e no poder público. Não estaria aqui se não tivesse sido treinada e preparada. E agora quero fazer o mesmo com outras pessoas. Não acredito em anjos, acredito em pessoas”

Políticas pelos direitos humanos das pessoas com albinismo

Foto: José Pennafort

A relatora das Nações Unidas para os direitos humanos das pessoas com albinismo, Sra. Ikponwosa Ero, advogada nigeriana, esteve em missão oficial no Brasil e reuniu-se, em outubro, com o presidente da CDHM, Helder Salomão. Apesar de ser uma condição genética rara no mundo, o albinismo tem índices altos em populações



afrodescendentes – é de um caso para cada 10 mil pessoas. Entre brancos, a

frequência é de um para cada 36 mil. As demandas decorrentes do albinismo são principalmente as relacionadas à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento de problemas de visão e do câncer de pele. Tramita de Lei nº 7.762/2.014, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo. Segundo a relatora da ONU, a aprovação do projeto seria um avanço muito relevante, ainda que ela sugira algumas alterações visando ao aperfeiçoamento do texto diante dos parâmetros internacionais de direitos humanos. De autoria do Senado Federal, já foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família e pela Comissão de Finanças e Tributação. Depende de deliberação pela Comissão de Constituição e Justiça.

Comitiva do Japão discutiu com CDHM os direitos das pessoas com hanseníase



Representantes do governo japonês, da embaixada do Japão e empresários japoneses estiveram na CDHM dia 9 de julho. Eles solicitaram o apoio da CDHM na divulgação de ações contra o preconceito e discriminação contra pacientes de hanseníase. As iniciativas também alertariam para o diagnóstico precoce, que é importante para evitar sequelas provocadas pela doença. Yohei Sasakawa, presidente da Fundação Nippon, lembrou da resolução da Organização das Nações Unidas, aprovada em 2010, que trata da eliminação do preconceito e traz diversos exemplos do que não deve ser feito em relação aos hansenianos. O Brasil tem a Lei nº 11.520, de 2007, que instituiu a pensão indenizatória às pessoas atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsória em hospitais-colônia. Hoje, um dos principais desafios é estender essa indenização aos filhos que foram separados dos pais que viviam nas antigas colônias. Helder Salomão foi o relator do Projeto de Lei nº 2.104/2.011, que prevê alteração na lei e concederia “pensão especial aos dependentes hipossuficientes dos beneficiários, após sua morte”, que beneficiaria os filhos separados dos pais por causa da hanseníase. O projeto, que tramita desde 2011, está na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Vedação de discriminação de pacientes de câncer na compra da casa própria



A CDHM aprovou no dia 26 de junho, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 6.546/2.016, do deputado Laercio Oliveira (PP/SE). A proposta “veda a discriminação de tomadores de crédito que tenham sido acometidos por neoplasia maligna quando da contratação de seguros obrigatórios relativos a financiamentos habitacionais”. O projeto foi relatado por Lauriete (PL/ES).

“Uma vez atendido o critério de cura por profissionais de saúde, a negativa das seguradoras à contratação de crédito por quem tenha sido acometido por neoplasia maligna é desumana e

viola os princípios da solidariedade e da dignidade, ainda mais depois de ter superado uma doença grave”, explica Lauriete. “O projeto de lei impede uma prática perniciosa de mercado e impede a proliferação de mais uma odiosa forma de discriminação”. Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ) elogiou o trabalho da relatora e vê na proposta “uma conquista no âmbito dos direitos humanos de quem passa por essas adversidades”.

Mães de filhos com microcefalia: desafios e preconceito

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), o Brasil registra 17.041 casos de crianças em investigação e 3.975 confirmados para a síndrome congênita nos fetos, mais conhecida como microcefalia. Em 2018, foram 1.657 recém-nascidos notificados com o vírus Zika, que transmite a doença. Também segundo a Opas, desde 2016 a síndrome não é mais considerada uma epidemia porque os números vêm diminuindo. Porém, surgem novos desafios para enfrentar os novos casos e, principalmente, os problemas enfrentados pelas mães, como o preconceito e a falta de políticas públicas adequadas. O vírus Zika atinge, principalmente, as mulheres mais pobres que vivem nas regiões mais vulneráveis do país, durante a gravidez.

No dia 20/5 as Comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de Seguridade Social e de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, promoveram o seminário "Mães de Crianças com Microcefalia: Entendendo os Desafios e Superando o Preconceito". A iniciativa contou com o apoio dos Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e da Cidadania, além da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família. Na CDHM, a atividade foi requerida pelo Deputado Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ).

A Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, afirmou que o governo "está aqui para agasalhar, proteger e cuidar dessas mães e crianças". "Somos PHDs em mãe, porque somos fonoaudiólogas, fisioterapeutas, entre outras funções. Estimulei minhas filhas com copos plásticos, papel", conta Viviane Lima, mãe de duas meninas com microcefalia e Secretária Estadual da Pessoa com Deficiência do Amazonas e fundadora do Movimento Mães de Anjos Unidas.

Joana Passos, da Associação Abraço a Microcefalia da Bahia, também é mãe de uma menina com microcefalia. Joana afirma: "Nossa luta começou em 2015. Muitas mães de filhos com essas condições param de trabalhar porque são crianças que precisam de atenção o tempo inteiro, enfrentamos preconceito até na hora de andar de ônibus, dizem que não somos prioridade", explica Joana. Ela acrescenta que são famílias que acompanham o crescimento dos filhos sob expectativa e dúvidas.

Também participam do seminário Michele Bolsonaro, primeira-dama; deputado Diego Garcia da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família; deputado Gilberto Nascimento presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; deputada Liziane Bayer; secretária de Políticas para as Mulheres da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família; Viviane Lima - Secretária Estadual da Pessoa com Deficiência do Estado de Amazonas e fundadora do Movimento Mães de Anjos Unidas; Roseane Estrela, secretária Nacional de Políticas para Mulheres; Priscilla de Oliveira, secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Angêla Gandra, secretária Nacional da Família e Germana Soares, da União de Mães de Anjos de Pernambuco.

Saúde mental

A nova política de drogas: saúde pública x ação policial

“Só nos primeiros quatro meses deste ano, 558 pessoas foram mortas no Rio de Janeiro por causa do tráfico de drogas. Em 2017, foram mais de cinco mil em operações policiais. É o caveirão voador, dando tiro a esmo nas favelas, uma pegada racista e desigual em nome do combate às drogas”, relata Raul Santiago da Silva. Ele faz parte dos coletivos Papo Reto e Movimentos e participou de audiência sobre o Decreto nº 9.761 de 2.019, que instituiu a Nova Política Nacional de Drogas. O encontro foi uma iniciativa dos deputados Helder Salomão (PT/ES) e Marcelo Freixo (PSOL/RJ)



Pelo texto, a política de drogas deixa de ser de “redução de danos” e passaria a promover a “abstinência”.

Para Lúcio Costa, da Rede Nacional da Luta Antimanicomial, o governo segue os interesses do mercado. “Hospitais psiquiátricos enriqueceram as custas do sofrimento de pessoas que foram internadas sem necessidade. Estivemos em 40 hospitais psiquiátricos de 17 estados. É assustador, depósitos de pessoas com casos de tortura e cárcere privado”, disse o especialista.

De acordo com o deputado Marcelo Freixo, em 2006 havia 31 mil presos por tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Em 2013, o número saltou para 138 mil. “Por trás desse debate tem um genocídio, essa política de drogas dá legitimidade para matar, é subjetiva para dizer quem é traficante e quem é usuário, quem é humano e quem não é”. Freixo contestou o aumento das penas para traficantes. “Diz que vai endurecer porque não dialoga com organizações criminosas. Mas, no Rio de Janeiro, um miliciano com 40 autos de resistência tem uma comunidade terapêutica e foi beneficiado pelo governo federal”.

Erno Harzheim, Secretário de Atenção Primária do Ministério da Saúde, por outro lado, afirmou que o Decreto não defendia uma forma única de abordagem no tratamento de dependências de drogas. “Sabemos que de 30 a 40% das pessoas que buscam esse cuidado apresentam algum grau de sofrimento psíquico e têm que receber o tratamento pelo tempo e formato adequados”.

“Empresários da loucura”

O Ministério da Saúde publicou em fevereiro deste ano uma portaria com novas medidas para o atendimento da saúde mental no país. Entre as medidas anunciadas estão investimentos para a compra de aparelhos de eletrochoque, internação de crianças em hospitais psiquiátricos, criação de mais vagas para internações para tratamento e a abstinência no tratamento de dependentes químicos. “Essa medida é para apoiar a lógica manicomial psiquiátrica do lucro. A estratégia é sucatear os CAPS e passar os recursos para os 113 hospitais psiquiátricos do país. Uma sessão de eletrochoque custa mil reais e cada paciente faz, no mínimo, doze sessões. Ou seja, doze mil reais, uma outra fatia de mercado são os empresários da loucura”, esse foi o ponto de vista de Lucio Costa, da Rede Nacional da Luta Antimanicomial (Renila). Lucio participou da audiência pública da CDHM que tratou das mudanças propostas pelo governo. Desse total de hospitais psiquiátricos, 64 por cento são privados.

Foto: Agência Câmara



O debate foi solicitado pela deputada Erika Kokay (PT/DF). “Manicômio aplasta a condição humana. A ausência de residências terapêuticas é criminosa. Existem casos em que a justiça dá alta ao paciente, mas como ele perdeu todos os vínculos, continua internado, condenado a uma prisão perpétua”.

Maria Alves Dias, coordenadora de saúde mental do Ministério da Saúde, reconheceu problemas na prestação de serviços na área de saúde mental, mas disse que o Ministério está dedicado em dar mais qualidade a esses serviços. “A internação deve ser feita quando se

esgotam outras formas de tratamento e uma internação breve sem perspectiva asilar ou de manicômio, com ampliação das residências”.

Lisiane Cristina Braecher, coordenadora do Grupo de Trabalho Saúde Mental do Ministério Público Federal, relatou diligências a hospitais psiquiátricos nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Ela informou que, do total de pacientes, apenas um por cento tinha algum tipo de problema psiquiátrico grave, sendo que a maioria eram casos de abandono e vulnerabilidade social.

Também participou do debate Rogério Giannini, presidente do Conselho Federal de Psicologia. “A profundidade das mudanças que tentam operar vai muito além e as pessoas que vão ser atingidas não foram ouvidas. O erro começa na falta de participação da sociedade”.

Segurança alimentar

O curto caminho de volta ao Mapa da Fome

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi criado em 1993 e extinto em 1994 por causa do caráter transitório do governo Itamar Franco. Recriado em 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Conselho volta com a missão de organizar o Projeto de Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) no país, o que aconteceu em 2006. No trajeto até 2014, com políticas públicas envolvendo ministérios, governos estaduais e prefeituras, tirou o Brasil do Mapa da Fome da ONU. No dia 1º de janeiro de 2019, o governo federal, através da Medida Provisória 870, fechou o Consea.

Várias mobilizações ocorreram pela sua recriação. Isso porque, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Brasil está voltando ao Mapa da Fome. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, entre 2016 e 2017, a pobreza da população passou de 25,7% para 26,5%. Já os extremamente pobres, que vivem com menos de R\$ 140 mensais, pela definição do Banco Mundial, saltaram de 6,6%, em 2016, para 7,4%, em 2017.

Os temas foram debatidos no dia 25/4 em audiência pública da CDHM. A atividade foi requerida pelo deputado Padre João (PT-MG). Na ocasião, participaram representantes do extinto Consea, FAO, conselhos estaduais de nutrição e parlamentares e Ministério Público.



A ex-presidente do Consea, Elisabetta Recine, lembrou que o Consea reunia indígenas, população urbana, povos tradicionais, representantes da saúde, cadeia de produção e agricultores familiares. Isso, para Elisabetta, era o retrato da sociedade brasileira. “Com o Consea levamos mais de um milhão de cisternas para escolas e famílias. Com a água, os camponeses entraram nos Programas de Aquisição de Alimentos e no de Alimentação Escolar. E essa experiência das cisternas já levamos para a Guatemala e regiões de seca na África”, informou o representante do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional à audiência.

Participaram do encontro Valéria Burity da Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas, Gulnar Azevedo da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e Kátia Maia da Oxfam Brasil. O ministro da Cidadania Osmar Terra foi convidado, mas não compareceu por motivos de agenda.

Após as mobilizações, na votação final da Medida Provisória 870, o CONSEA foi recriado.

Fundos internacionais de fomento investem no Semiárido e FAO deve abrir escritório na região



O Semiárido registrou por longo período os piores índices de desenvolvimento humano no Brasil, com baixa escolaridade, pobreza, fome e sede, por causa de uma histórica ausência ou fragilidade das políticas públicas destinadas à região.

Hoje, programas como o Água para Todos, de Assistência Técnica e Extensão Rural, de Agroecologia e de distribuição de renda estão entre os que tiveram os orçamentos reduzidos. Essas iniciativas haviam sido construídas com a sociedade civil, através de conselhos e comitês representativos. Isso ocorre, como

mencionado acima, paralelo ao crescimento da população abaixo da linha de pobreza.

Para discutir essa situação, a CDHM fez audiência pública no dia 2/10. O encontro foi uma parceria com a Frente Parlamentar em Defesa da Convivência com o Semiárido.

Para Carlos Veras, seu presidente e deputado que solicitou a realização do encontro, “o Semiárido passou por históricos problemas socioeconômicos e políticos e esse território tem, para organismos multilaterais e agências de financiamento do desenvolvimento, uma grande potencialidade para investimentos, sobretudo pelas capacidades de inovações e enfrentamento aos problemas encontrados”.

Claus Reiner, diretor do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no Brasil, explicou que o Fundo desenvolve projetos desde o financiamento até a execução final na região Nordeste. “Temos vários projetos, como a construção de cisternas e dessalinização. Sem água, não tem vida”. O FIDA já investiu 450 milhões de dólares em 16 anos, no Piauí, Paraíba, Ceará, Sergipe e Bahia.

Na ocasião Gustavo Chianca, assistente do representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no Brasil, anunciou a abertura, em 2020, de um escritório da FAO no Semiárido. O escritório será sediado em Fortaleza.

Chianca ressaltou que 800 milhões de pessoas no mundo estão em situação de insegurança alimentar. “O número vinha baixando, mas por causa de conflitos e mudanças climáticas, principalmente em regiões semiáridas, votou a crescer. No Semiárido temos o maior índice de insegurança alimentar do país”.

Para o representante da FAO no Brasil, Rafael Zavala, não há mais espaço para a produção de alimentos que não seja sustentável. “Em 2050 nosso consumo de alimentos vai ser 60 por cento maior e o estoque mundial deve acabar devido às mudanças no clima e no solo, não teremos mais terra produtiva. Uma alimentação saudável também faria parte dessa sustentabilidade. Além disso, não só a fome voltou a crescer, vivemos também uma alarmante epidemia de obesidade”.

A região semiárida brasileira é a maior do mundo e tem uma área de 982.566 Km², que corresponde a 18,2% do território nacional, 53% da região Nordeste e abrange 1.262 municípios e 10 estados. A população é de aproximadamente 31 milhões de habitantes, a maior concentração de população rural do país. A área inclui os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, a maior parte da Paraíba e Pernambuco, sudeste do Piauí, oeste de Alagoas e Sergipe, região central da Bahia e uma faixa que se estende em Minas Gerais, seguindo o Rio São Francisco, juntamente com uma parte da região média do rio Jequitinhonha.

Doses diárias de veneno: do copo de água à comida na mesa



O estudo “Por Trás do Alimento”, feito pelas organizações Agência Pública, Repórter Brasil e Public Eye e divulgado no dia 15 de abril deste ano, revelou que foram encontrados resíduos de agrotóxicos nas águas consumidas por moradores de 1.300 cidades brasileiras, entre elas metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. Os dados foram obtidos junto ao Ministério da Saúde, que faz testes periódicos sobre a qualidade da água que chega às torneiras das residências. Porém, tais resultados não são divulgados de forma didática e compreensível para a população. A pesquisa analisou dados coletados entre os anos de 2014 e 2017 e mostrou que, todos os dias, os moradores de 25% das cidades brasileiras são submetidos a uma mistura de 27 produtos químicos, alguns classificados pela Anvisa como extremamente ou altamente tóxicos e até associados ao desenvolvimento de doenças crônicas como câncer, disfunções hormonais e reprodutivas.

Para debater a contaminação da água e dos alimentos consumidos pelos brasileiros e os dados do estudo, a CDHM fez audiência pública no dia 12/6, por iniciativa do deputado Padre João (PT/MG).

O levantamento também descobriu que, dentre os 5.570 municípios brasileiros, 2.931 não realizaram testes na sua água entre 2014 e 2017. Entre os produtos mais agressivos está o glifosato, com um índice 5 mil vezes maior do que o permitido. Em 2014, o Brasil tinha 14 marcas registradas para a comercialização em 14 empresas. Até a metade de abril de 2019, foram registradas 97 marcas e 40 empresas aptas para a comercialização. Ao todo, o país tem mais de 2.200 marcas de agrotóxicos e cerca de 300 ingredientes ativos registrados.

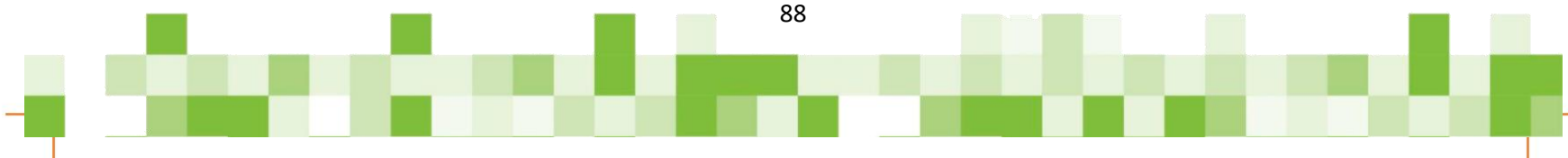
Marcella Alves Teixeira, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, porém, mostrou uma situação contrária. Ela questionou o estudo “Por trás do Alimento”: “Faltam informações de 2.931 municípios, então devemos ter cuidado com essas pesquisas”. Ela apresenta mapas que apontam baixos índices de inconformidades em quase todo país, com exceção do interior da Bahia. Ela destaca que a fiscalização do uso de agrotóxicos é feita por mais duas instituições além do Mapa - o Ibama e a Anvisa.

Taís Cavendish, Ministério da Saúde, informou que as normas de fiscalização vêm sendo atualizadas e que hoje acompanham desde os parâmetros químicos até a responsabilidade do abastecimento: “Exigimos monitoramento obrigatório de 27 agrotóxicos que podem estar presentes na água, sendo que 11 deles já foram banidos, mas são achados até hoje por causa da resistência ambiental. Um monitoramento feito a cada seis meses desde a saída do manancial até o abastecimento”.

Segundo o Ibama, hoje são 2.263 produtos agrotóxicos no mercado e um uso anual de mais de 500 mil toneladas. O Instituto iniciou em 2019, em quatro estados, um programa de análise de solo e água e que deve ser estendido a amostras de animais.

Comer é um ato político: sociedade civil se mobiliza por uma alimentação saudável e acesso à terra

No dia 3/9 quatro comissões da Câmara dos Deputados reuniram agricultores familiares, estudantes, empresários e organizações não-governamentais (ONGs) no seminário “Terra e Territórios: Alimentação Saudável e Redução de Agrotóxicos”.



A ideia de reunir todos os segmentos que produzem alimentação saudável e são ligados à democratização do acesso a terra surgiu diante dos retrocessos nas políticas públicas e de participação social. Principalmente, para articular setores rurais e urbanos, agrários e ambientalistas diante do aumento da disputa pela terra nos territórios brasileiros.

O seminário foi uma parceria entre as comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), de Legislação Participativa (CLP), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Agricultura (CMADS), Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR). O evento foi requerido pelos deputados Leonardo Monteiro, Padre João, Nilto Tatto e João Daniel, todos do Partido dos Trabalhadores.



Segundo os organizadores do seminário, agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária são atacados por setores conservadores da sociedade na disputa pelo poder nos territórios dessas populações.

A expositora *chef* Bela Gil pontuou no evento que “Comer é um ato político, mas tem que ter o direito de escolher o que comer. Uma mulher negra, da periferia, tem que botar comida na mesa e sofre a pressão da indústria dos alimentos ultraprocessados que são baratos, viciantes e estão em todos os lugares”. Bela Gil, porém, alerta que é injusto comparar os

preços desses alimentos com os dos orgânicos. “Esses alimentos são baratos porque o custo social e ambiental não está incluso e são feitos com produtos subsidiados. Já os orgânicos têm o preço justo, custam o que custam”. A nutricionista explica que o custo social são as doenças crônicas não contagiantes, como o diabetes e a obesidade: “Então, dar uma alimentação de qualidade é investir na saúde da população e é investimento. Mas a indústria farmacêutica também ajuda a emperrar esse processo. Saúde é uma questão subversiva porque não dá lucro para ninguém”.

João Paulo Rodrigues, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, lembrou que 70% dos alimentos saudáveis são produzidos pela agricultura familiar. “A conjuntura nos uniu para pensar os desafios do agrário brasileiro e como resistir. O diagnóstico é de muita preocupação. O governo tem um projeto de regularização fundiária que é entregar ao capital estrangeiro e privatizar; e de como abocanhar os 300 milhões de hectares que ainda são da União, com uma nova lei do uso de terra. Mais do que nunca, ninguém solta a mão de ninguém”.

Durante o seminário se reivindicou o projeto de lei nº 6.670/2016, que trata da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos, a PNaRA. A iniciativa já foi aprovada na Comissão Especial que analisa a matéria. O projeto de lei e seria uma resposta à ofensiva do setor ruralista para aprovar o projeto de lei nº 6.299/2002, conhecido como “Pacote do Veneno”, que propõe liberar ainda mais o uso de agrotóxicos no país.

Também durante o evento foi lançada a Frente Parlamentar da Agroecologia e Produção Orgânica, que será coordenada por Leonardo Monteiro (PT/MG). “É uma honra poder enfrentar mais esse desafio e fortalecer nossa luta em defesa da alimentação saudável e da produção sustentável. Temos a certeza de que essa frente será mais uma ferramenta de resistência contra os retrocessos que estamos vivendo”.

Segurança pública

Letalidade policial

Em fevereiro, Maykon Douglas Ribeiro comemorava o aniversário de 18 anos em um posto de gasolina em Planaltina (DF), quando foi baleado com dois tiros por um policial rodoviário federal. A PRF afirmou que o jovem estava em um veículo e que portava uma arma falsa imitando uma pistola PT840. O policial reagiu e fez os disparos. A mãe do rapaz afirmou que o filho nunca teve nenhum tipo de arma.

Foto: Pedro Calvi



A CDHM promoveu, na Procuradoria-Geral da República o encontro da família de Maycon e deputados, com o procurador regional da República, Domingos Sávio Dresch da Silveira, que disse que o MP iria agir na apuração dos fatos e pedir a punição dos responsáveis.

“Maycon foi morto porque é negro e pobre. E todo esse descaso, essa cultura do ódio, estão sendo incentivados por quem deveria coibir”, disse Érika Kokay (PT/DF), integrante de CDHM e que esteve no encontro junto com Marcon (PT/RS).

A Polícia Rodoviária Federal confirmou o que aconteceu. Em setembro, a CDHM encaminhou, com outros casos de violência contra jovens pobres, informações sobre a morte de Maycon para a ONU.

De acordo com o Atlas da Violência ([acesse-o pelo QR Code ao lado](#)), apenas em 2017, 35.783 jovens de 15 a 29 anos foram mortos, uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens, recorde nos últimos 10 anos. O perfil da maioria das vítimas, ainda de acordo com o Atlas são homens jovens, solteiros e negros.

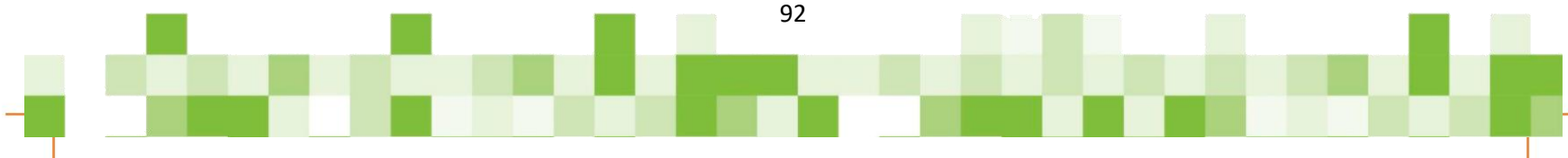


Em um domingo de maio, o músico carioca Evaldo dos Santos Rosa ia com a família para um chá de bebê em Guadalupe, na Zona Norte do Rio. De repente, o carro foi cercado por militares. Eles dispararam 80 tiros. Cinco pessoas estavam no veículo. Evaldo morreu na hora, a esposa e o filho de 7 anos e uma amiga não se feriram. O sogro dele, Sérgio, foi baleado e levado para o hospital. Um pedestre que passava no local ficou ferido ao tentar ajudar. A polícia civil carioca afirmou que “tudo indica” que os militares do Exército que assassinaram Evaldo, atiraram porque confundiram o carro com o de assaltantes.

A CDHM pediu ao governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, informações sobre o fundamento jurídico para a presença das forças armadas nesse tipo de operação, como estavam as apurações sobre o crime e quais seriam as sanções legais para os responsáveis. Também foram enviados ofícios solicitando essas informações para o procurador-geral de Justiça do estado, José Eduardo Gussem e para o ministro de Estado da Defesa, Fernando Azevedo e Silva.

A Justiça Militar aceitou denúncia do Ministério Público Militar (MPM) no dia 11 de maio e transformou em réus 12 integrantes do Exército. Um segundo-tenente, um terceiro-sargento, dois cabos e oito soldados estão respondendo por homicídio qualificado, tentativa qualificada e omissão de socorro.

Segundo dados do Observatório da Intervenção da Universidade Cândido Mendes, a presença de militares do exército no Rio de Janeiro aumentou em 80% o número de chacinas e em 128% o de mortes neste tipo de conflito, bem como gerou aumento em 37% dos tiroteios.



Juristas e sociedade civil criticam pacote anticrime de Sergio Moro

Em 2/7 a CDHM discutiu o Projeto de Lei 882/2019, idealizado pelo Ministro Sérgio Moro, que continha propostas do governo federal para combater a criminalidade no Brasil. Entre as sugestões, a permissão para que policiais usem armas de fogo para ampliar a legítima defesa em homicídios cometidos no trabalho, o que ficou conhecido como “licença para matar”.



“É uma solução *fake* para problemas antigos e que apresenta problemas técnicos legislativos, entre eles colocar cláusulas vagas e abertas para avaliar medo e surpresa, que serviriam para justificar a atuação de policiais em legítima defesa”, afirmou Livia Cásseres, defensora pública do Rio de Janeiro.

Beatriz Vargas, Coordenadora-Chefe do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), pontuou que a iniciativa do governo foi “uma boa jogada de marketing”. A especialista critica o formato do projeto que, segundo ela, é centrado na prisão de suspeitos e que seria executado por uma polícia militarizada. “O projeto decepciona, é mais do mesmo. Somos o terceiro país que mais prende no mundo e o resultado deste abuso é que os presídios brasileiros são impossíveis de administrar com a sistemática de direitos humanos” inconstitucional”.

Registros do Mapa da Violência mostram que sete em cada dez pessoas assassinadas são negras. De 2005 a 2015, enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes teve queda de 12% para os não-negros, entre os negros houve aumento de 18%. 64% dos presos no Brasil são negros.

“Crime tem tom de pele. Qualquer mulher negra, pobre e periférica tem medo de sair na rua. Esse projeto de lei significa aumentar a tremenda repressão que já existe nos territórios das grandes cidades, onde não tem creche, lazer e cultura. A única coisa do Estado que entra é a polícia, que já sabe quem deve abater”, enfatizou Max Maciel, consultor da Rede Urbana de Ações Sócio Culturais do Distrito Federal.

O PL foi aprovado, porém com mudanças sugeridas pelo Grupo de Trabalho que estudou a proposta, e transformado na Lei nº 13.964, de 24.12.2019. A excludente de ilicitude foi retirada da versão final, que contou, por outro lado, com a criação do juiz das garantias.

Sociedade e parlamentares unem-se em defesa da segurança humana

O Brasil passa por uma visível crise da segurança pública. Em grande parte, essa situação é resultado de soluções sem eficácia e que só produzem ainda mais violência. É isso que afirma um grupo suprapartidário de parlamentares e diversas instituições da sociedade civil que se uniram para tentar mudar essa realidade. Desse debate surgiu a “Agenda de Segurança Pública e Direitos Humanos”, que foi lançada no dia 11/12.



“Vivemos um cenário desastroso, de fechamento do regime democrático com violações sistemáticas dos direitos humanos. Essa agenda rompe com a lógica de quem tem a punição como modelo de segurança e traz o modelo de segurança que queremos ter. É um desafio decisivo para quem é progressista, um projeto que une segurança e direitos humanos. Vamos enfrentar esse governo com essa agenda”, afirma Marcelo Freixo (PSOL/RJ).

O documento ([acesse a íntegra no QR Code ao lado](#)) traz as propostas legislativas em tramitação no Congresso, se baseia em estudos já existentes e levanta temas previstos na Constituição da República e nos acordos internacionais firmados pelo Brasil. A Agenda é também inspirada no conceito da Organização das Nações Unidas (ONU) que defende uma “segurança humana”, com respostas centradas nas pessoas e voltadas para a prevenção, com reforço na proteção e empoderamento das pessoas e comunidades.



Subscrevem a Agenda de Segurança Pública e Direitos Humanos: Deputada Áurea Carolina, Deputado Camilo Capiberibe, Ex-Governador do Amapá, Deputado Célio Moura, Deputado David Miranda, Deputado Edmilson Rodrigues, Deputado Bohn Gass, Deputada Érika Kokay, Presidenta da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, Deputado Fábio Trad, Deputada Fernanda Melchionna, Deputado Frei Anastácio Ribeiro, Deputada Luiza Erundina, Deputado Helder Salomão, Presidente da CDHM, Deputada Jandira Feghali, Líder da Minoria, Deputado João Daniel, Deputado José Guimarães, Deputado José Ricardo, Deputado Glauber Braga, Deputado Ivan Valente, Líder do Partido Socialismo e Liberdade, Deputado Marcelo Freixo, Deputada Margarida Salomão, Deputada Maria do Rosário, Ex-Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Deputada Sâmia Bonfim, Deputado Nelson Pellegrino, Deputado Padre João, Deputado Patrus Ananias, Ex-Ministro do Desenvolvimento Social e Ex-Ministro do Desenvolvimento Agrário, Deputado Paulo Pimenta, Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Paulo Teixeira, Deputado Reginaldo Lopes, Deputado Rogério Correia, Deputada Talíria Petrone, Deputado Túlio Gadêlha, Deputado Valmir Assunção, ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis,, Transexuais e Intersexo, ABJD - Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, AJD - Associação de Juízes pela Democracia, ANADEP - Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos, APD - Advogadas e Advogados Públicos para a Democracia, Associação Fórum SUAPE Espaço Socioambiental, Coletivo Transforma MP, CONECTAS Direitos Humanos, CONIC - Conselho de Igrejas Cristãs do Brasil, Educafro - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, Encontro da Nova Consciência, IDDD - Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Instituto Sou da Paz, MNPCT - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Ouvidoria de Segurança Pública do MA, Plataforma Dhesca Brasil, Rede Justiça Criminal, Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas, Rede Desarma Brasil, Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos, URI – Iniciativa das Religiões Unidas.

Virtual e perigoso

A *deep web* é uma camada da internet que não pode ser acessada pelos principais mecanismos de buscas, como o Google. Por causa disso, permite tanto o acesso de indivíduos a conteúdos ilícitos, como também dificulta a fiscalização por parte de autoridades policiais. Vídeos mostram abuso de crianças, venda de corpos, torturas, cenas de mutilação, assassinatos e suicídios ao vivo, por exemplo. Para debater os perigos das redes sociais para as crianças e a necessidade de resposta e atenção do poder público quanto à proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes, a CDHM promoveu uma audiência pública no dia 24 de abril. Filipe Barros (PSL/PR) requereu a realização do encontro.

Em março, dois ex-alunos de uma escola estadual em Suzano (SP) entraram no lugar onde estudaram, mataram oito pessoas, feriram outras 11 e depois tiraram as próprias vidas. Ainda em março, o aluno de uma escola de Belo Horizonte publicou nas redes sociais uma imagem onde mostrava duas réplicas de arma de fogo e uma faca. Dias depois, 11 adolescentes foram identificados como fontes de falsas ameaças a diferentes escolas no Distrito Federal. A sequência desse tipo de caso, logo após o episódio de Suzano, os especialistas chamaram de “contágio”, ou seja, pela divulgação massiva através de redes sociais ou imprensa, outros jovens buscam ficar conhecidos e, quem sabe, famosos

A Polícia Federal tem feito várias operações para combater crimes cibernéticos para reprimir a pornografia infantil e o abuso de crianças e adolescentes. Em 2018, foram 215 operações. Segundo balanço da Secretaria de Saúde de Suzano, 1.179 pessoas afetadas de alguma forma pela tragédia na escola ainda procuram atendimento e aguardam na fila por apoio psicológico nos quatro Caps (Centros de Atenção Psicossocial) da cidade.



Tortura e sistema prisional

Diligência a Manaus constatou violação de direitos humanos

“São 28 homens numa cela feita para seis; a água vem de um caixa onde ratos e gatos fazem necessidades; tem preso doente de câncer, tuberculose, Aids, todos juntos sem atendimento e não trabalham. Imaginem a cabeça de um homem, ano após ano, nestas condições? E a gente quando vai visitar tem revista vexatória, ficamos de cócoras e somos humilhadas, chamadas de banco de esperma ou marmita. Eles cometeram crimes, mas devem ser tratados como seres humanos e nós também”.

Foto: Pedro Calvi



O desabafo, em tom de denúncia, foi de esposa de um dos sobreviventes do massacre que aconteceu em dois presídios de Manaus no final de maio, num total de 55 mortos. Desses mortos, 22 eram presos provisórios, ou seja, ainda sem julgamento. Outros 16 já estavam condenados e 28 eram reincidentes. A maioria dos assassinados era de jovens entre 19 e 30 anos, pobres, negros ou pardos. Os serviços de segurança pública indicaram, uma semana antes da tragédia, a possibilidade de motim.

O depoimento aconteceu durante diligência da CDHM, nos dias 6 e 7 de junho, para acompanhar possíveis irregularidades no sistema prisional do Amazonas. Helder Salomão (PT/ES) e José Ricardo (PT/AM) lideraram os trabalhos.

Salomão e Ricardo receberam denúncias de maus-tratos tanto aos presos como aos visitantes. Superlotação, falta de alimentação e a falta da política de ressocialização também foram denunciadas por familiares.

A diligência começou com inspeção nos dois presídios com maior número de mortos, Compaj e Ipat. Junto com a CDHM, estavam presentes deputados da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Amazonas, representantes da Ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) e da Pastoral Carcerária Nacional.



O grupo viu de perto algumas das celas de um dos pavilhões (*assista vídeo pelo QR Code ao lado*). Projetadas para até oito pessoas, abrigam entre 28 e até 60, conforme denúncia recebida pela Comissão. Não foi permitido conversar com os detentos. O complexo abriga 1.055 presos e foi projetado para ter cerca de 450. Do total de encarcerados, apenas 35 trabalham. Faltam agentes penitenciários - o déficit, segundo a própria Seap, é de 2.862 agentes. Há programação de concurso em 2020. O último foi em 1986.



O sistema prisional do Amazonas tinha regime de co-gestão com a empresa Umanizzare, em 6 contratos no estado, sendo cinco em Manaus. Em julho, todos os contratos com a empresa foram encerrados. O grupo atua hoje, apenas, sob a vigência de contratos precários até que um processo licitatório seja disponibilizado. De acordo com o governo do estado, o Amazonas tem aproximadamente 3.650 presos no regime provisório, outros 2.500 no regime fechado. Além disso, 1.500 estão no semiaberto e 1.200 no regime aberto.

Foi a segunda diligência da CDHM a Manaus, para acompanhar situações relacionadas ao sistema prisional. Em 2017, os presídios de Manaus já haviam sido palco do maior massacre do sistema penitenciário do estado, com 67 mortes dentro de unidades prisionais.

No relatório final (*acesse-o pelo QR Code ao lado*), os deputados consideraram que “a existência de facções criminosas não explica, por si só, a ocorrência de massacres de tal monta. A maior superlotação carcerária do Brasil, as condições insalubres a que são submetidos presos e visitantes, a terceira maior proporção de prisões provisórias, a ausência de trabalho, funcionários despreparados, a provável prática de tortura (considerando que não são permitidas conversas reservadas com os presos e que sequer a defensoria pública faz visitas regulares), esses fatores aumentam a pressão sobre a massa carcerária e favorecem o ambiente propício à ocorrência de massacres”. O relatório apontou também a ineficiência da gestão privada, apontando que os serviços prestados são altamente deficitários, mesmo com sete termos de ajustamento de conduta já realizados. O relatório fez dezesseis recomendações, dentre elas as de que o Congresso Nacional legisle sobre medidas para evitar o encarceramento em massa; de que seja realizado urgentemente concurso público pelo governo estadual para agente e que implemente plano a fim de reestatizar a gestão penitenciária.



Diligência da CDHM no Ceará recebeu denúncia de sanção coletiva em presídio



A CDHM fez, no dia 6 de dezembro, uma diligência (*acesse íntegra do relatório no QR Code ao lado*) em Fortaleza para apurar denúncias feitas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura sobre práticas de tortura e castigos no sistema prisional do estado. Fizeram parte da missão Salomão (PT/ES), presidente da CDHM, Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Luizianne Lins (PT/CE).

Durante reunião com familiares dos presidiários e movimentos sociais na sede da OAB, o colegiado recebeu inúmeros relatos de que, ao longo dos últimos meses, após denúncias de detentos a respeito de prática de tortura praticada por agentes do Estado, os denunciadores foram retaliados de diversas formas. Para evitar mais retaliações e preocupados com a integridade física das internas, a CDHM cancelou a visita agendada para o dia seguinte ao Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa.

Foto: José Pennafort



No entanto, os integrantes da diligência receberam, ainda em Manaus, uma denúncia que internos ao Instituto receberiam sanção coletiva. O artigo 45, § 3º, da Lei de Execução Penal, veda as sanções coletivas. Diante desses acontecimentos os deputados integrantes da missão enviaram ofício ao governador Camilo Santana pedindo informações urgentes a respeito da veracidade da aplicação dessas medidas disciplinares. O ofício foi respondido, negando a existência de tais sanções.

Audiência Pública debate Força Tarefa de Intervenção Penitenciária

“Quando li o relatório do Mecanismo no Pará, fiquei incomodado com meu conforto pessoal, envergonhado de viver no mesmo país onde acontecem barbaridades nos presídios, não só de lá, mas em todo Brasil. É revoltante ver presos empilhados em celas, bebendo água do vaso sanitários, entre ratos e outros animais, doentes. Presos confinados em espaços com esgoto aberto, alimentação péssima e pouca. Falta de comunicação com familiares e advogados. Mulheres sem itens de higiene íntima. Marcas de agressões corporais provocadas por balas de borracha, distúrbios gástricos e doenças mentais. Essa Força-tarefa é uma desfaçatez, é necessário dar um basta à essa violência que está sendo praticada”.

Esse texto foi parte da exposição de José Carlos Dias, presidente da Comissão Arns, em audiência pública da Comissão realizada em 4/12. O encontro discutiu a atuação da Força-tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) e relatórios de missões do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) a unidades de privação de liberdade no Pará e Ceará ([acesse-os pelo QR-Code ao lado](#)). O debate foi solicitado por Helder Salomão (PT/ES) e Erika Kokay (PT/DF). Além do Ceará (abril a maio de 2019) e Pará (desde julho de 2019), a FTPI já atuou no Amazonas (maio a agosto de 2019), Roraima (desde novembro de 2018) e Rio Grande do Norte (janeiro a maio de 2017).



José Ribamar de Araújo e Silva, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, relatou que o método usado pela Força-tarefa no estado. “Corpos amontoados, encaixados e coisificados como faziam nos navios negreiros, gás lacrimogêneo e spray de pimenta à rodo, bebendo água do vaso sanitário e convivendo com ratos e outros insetos. Longos períodos em pé, na mesma posição. Mas o pior ainda estava para ser constatado. O osso metacarpo, que fica na mão, de alguns presos, era quebrado para que não pudessem pegar e jogar objetos. Eu vi isso”. O perito do Mecanismo conta que a situação se repete no

Pará com “um depósito de doenças e pacientes sem assistência, muitas celas eram containers, um verdadeiro incinerador natural”.

“Precisamos ampliar e dar a responsabilidade a todos os envolvidos e não só ao Executivo, mas também ao Judiciário que é quem prende e quem libera. Nas crises do sistema prisional a única ferramenta é a Força-tarefa, e o Depen tem todo interesse na apuração de todas as denúncias”, ponderou Cíntia Rangel Assumpção, ouvidora nacional de Serviços Penais, representante do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e da Segurança Pública.

Deputados e ONU criticam exonerações do Mecanismo de Combate à Tortura

Em junho de 2019 o presidente Jair Bolsonaro desestruturou o Mecanismo Nacional de Combate e Prevenção à Tortura (MNPCT). Os onze profissionais que trabalhavam no colegiado tiveram seus cargos remunerados extintos. O MNPCT foi criado em 2013 dentro do Sistema Nacional de Combate e Prevenção à Tortura e fazia parte do acordo para adesão do Brasil ao Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da Organização das Nações Unidas (ONU), do qual o País é signatário desde 2007.

No dia 12 de agosto, liminar concedida pela 6ª Vara Cível da Justiça Federal do Rio de Janeiro anulou parcialmente o decreto. Porém, a decisão é provisória.

Comitiva da CDHM levou o caso ao conhecimento do SPT – Subcomitê das Nações Unidas para a Prevenção da Tortura – em Genebra, na Suíça, no mês de setembro. Outros órgãos também se dirigiram ao Subcomitê, que em dezembro se manifestou no sentido de que o decreto “deve ser revogado para melhor assegurar que o sistema brasileiro de prevenção da tortura funcione de forma eficiente e independente, com autonomia financeira e estrutural e recursos adequados, de acordo com as obrigações internacionais do Brasil”. *(Acesse a íntegra da manifestação do SPT pelo QR COde ao lado).*



Terra e território

Intermediação de conflitos

Em junho, a justiça mineira suspendeu o despejo de 60 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, na região denominada “Jacuba”, no município de Gurinhatã, onde está o acampamento Arco Íris. A decisão vale até junho de 2020.

Um mês antes, o presidente da CDHM oficiara o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Nelson Missias de Moraes. No documento, o parlamentar informava sobre o iminente despejo das famílias acampadas nas margens da rodovia MGC-461. O pedido de retirada do grupo foi feito pelo Departamento de Estradas e Rodagens de Minas Gerais em 2018. Porém, o Incra já havia declarado, no mesmo ano, a área da Fazenda Usina Gurinhatã como de interesse social para fins de reforma agrária. Ainda no ofício, Salomão solicitou audiência de mediação entre todos os envolvidos.

Também em junho, a justiça de Minas Gerais suspendeu a reintegração de posse de uma área conhecida como usina Ariadnópolis. A CDHM havia feito diligência ao local em novembro de 2018. Há vinte anos pequenos agricultores acamparam no Quilombo Campo Grande, no município de Campo do Meio, onde fica a usina.

Outro caso foi o do Assentamento Normandia. Localizado em Caruaru (PE), abriga o Centro Paulo Freire, o maior centro de formação nordestino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O local tem três agroindústrias, 52 alojamentos, salas de aula, auditório para 700 pessoas, centro comunitário, quadra esportiva, academia pública para atividades físicas, creche e refeitório. O processo tramitava desde 2008 e foi transitado em julgado contra o MST no final de 2017. Em setembro, o presidente da CDHM e os deputados Tadeu Alencar (PSB/CE), Carlos Veras (PT/PE), Valmir Assunção (PT/BA) e Nilto Tatto (PT/SP), se reuniram com o presidente do Incra, general João Carlos Corrêa, pedindo revisão da decisão de o INCRA solicitar o despejo das famílias. Logo depois, em outubro, o TRF5 decidiu pela suspensão da decisão Vara Federal de Pernambuco que determinava a desocupação do Centro. A decisão de reintegração está suspensa até que os dois recursos sejam julgados pelo Tribunal.

“Não estamos querendo tirar nada de ninguém”: a vida sem terra e com ameaças à vida em acampamentos no Triângulo Mineiro

“Aqui do lado fica o aeroporto cedido para uma empresa de pulverização aérea de veneno. Os aviões levantam e já saem derramando glifosato em cima da gente, até duas vezes por dia. As vacas, as porcas, abortam por causa disso. A gente quer fazer exame da água pra ver se não tá contaminada. Um dia desses, três motoqueiros botaram fogo em 38 lotes, queimaram animais, barracas e não chega caminhão dos bombeiros ou da prefeitura com água para apagar, apagamos na mão. Mas não estamos querendo tirar nada de ninguém!”

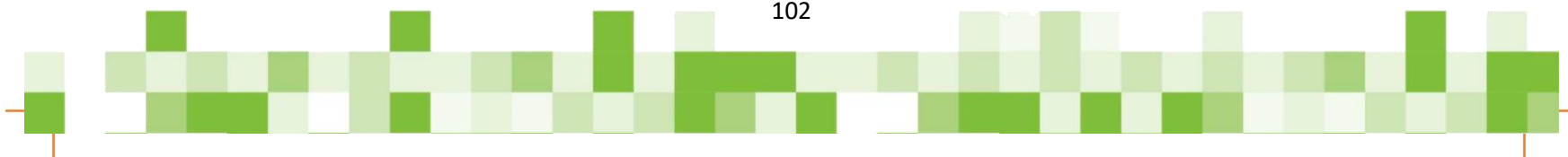


Foto: Pedro Calvi



O depoimento foi da dona Rosa Sousa, líder do acampamento Beira Rio, na cidade de Fronteira, no sudoeste mineiro (*assista ao depoimento pelo QR COde ao lado*). Cerca de 138 famílias do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) vivem no local. Em janeiro de 2019, através do Coletivo de Advocacia popular do Triângulo Mineiro, o grupo conseguiu impedir o despejo. O agronegócio e empresas imobiliárias têm interesse na área. O acampamento resiste, desde 2013, a tentativas seguidas de reintegração. A Fazenda Pântano, ocupada pelo movimento desde então, já foi considerada terra improdutivo.



A CDHM esteve no acampamento em diligência para avaliar a extensão dos conflitos, as ações já tomadas pela justiça e órgãos responsáveis, e os riscos iminentes. A CDHM foi ainda ao acampamento Arco Íris, em Gurinhatã, também no Triângulo Mineiro. A missão, realizada nos dias 12 e 13 de setembro, foi liderada pelos deputados Helder Salomão (PT/ES) e Rogério Correia (PT/MG).

No acampamento Arco Íris, em Gurinhatã, vive há 12 anos um grupo de aproximadamente 60 famílias, também do MTL. O acampamento fica às margens da rodovia MGT-461. Em julho de 2018 saiu o decreto de desapropriação da Fazenda Usina Gurinhatã, destinada ao assentamento do grupo. Porém, falta a emissão do Título da Dívida Agrária (TDA), para a imissão de posse da área. A fazenda já foi vistoriada pelo INCRA e classificada como improdutivo. Enquanto a situação não se resolve, os agricultores denunciam conflitos com jagunços e milícias que atuam como seguranças dentro da fazenda. Na pequena faixa de terra onde vivem os acampados são cultivados mandioca, pepino, abóbora, batata doce, verduras, feijão, amendoim, milho e frutas. Crianças que nasceram no local não sabem o que é uma casa. Durante a reunião da CDHM com os agricultores, os jagunços também passaram pelo local.

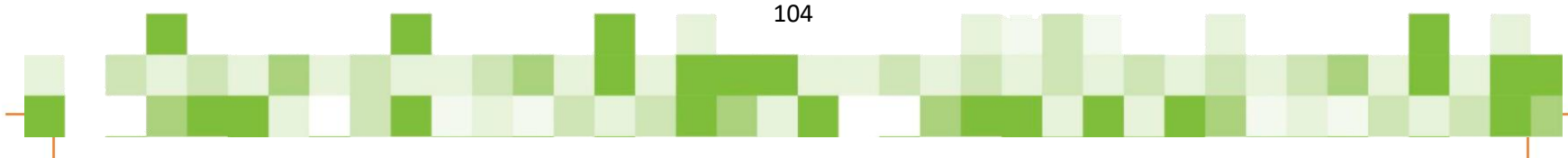
No final da diligência, a CDHM reuniu, na Câmara de Vereadores de Itaituba, as lideranças e moradores dos dois acampamentos, políticos locais, advogados populares, Ministério Público de Minas Gerais e representantes do Conselho Estadual de Direitos Humanos. A CDHM fez relatório com recomendações retiradas durante a diligência. O documento foi enviado a todas as instituições públicas envolvidas na questão, e para entidades da sociedade civil.

Trinta anos de espera: a situação das famílias reassentadas do Sistema Itaparica

“Somos 25 mil famílias há mais de três décadas vivendo só de promessa e sonho”, afirmou Genilda Lindaura da Silva, do Polo Sindical de Pernambuco e que mora em um dos perímetros irrigados do Sistema Itaparica. Um sonho que começou em 1988 com a inauguração da Usina Luiz Gonzaga, no rio São Francisco. Para construção da hidrelétrica, uma área de 83.400 hectares foi inundada e formou o Lago Itaparica, que se estende por 150 quilômetros entre dois estados.

Para realocar os atingidos pelos alagamentos, foram construídas as cidades de Petrolândia e Itacuruba, em Pernambuco, e Rodelas, Barra do Tarrachil e Glória, na Bahia. Ainda em 1986 foi feito um acordo com os atingidos para o reassentamento, mas muita coisa ficou pelo caminho. Entre os problemas enfrentados pelos reassentados, atrasos nos pagamentos dos serviços de fornecimento de energia e de operação e o não cumprimento de pontos acordados, em 1986, com o governo federal através da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Para levantar a situação atual do Sistema Itaparica, a Comissão fez audiência em novembro. O encontro foi uma parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, e solicitado pelo deputado Carlos Veras (PT/PE).



Luís Casado, diretor da Área de Gestão de Empreendimentos de Irrigação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), afirmou no evento que um acordo de transferência de infraestrutura feito com a Chesf em 2018 deve colocar em dia a situação dos perímetros irrigados. “A partir daí vamos até pensar em novos investimentos. O acordão está pendente de homologação e, logo que isso acontecer, vamos fazer os ajustes”.



Foto: Agência Câmara

Avanços para a Pedagogia de Alternância

No dia 9 de maio, representantes da União Nacional das Escolas Familiares Agrícolas, dos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo estiveram na CDHM para debater projeto de lei, que está no Senado, e propõe mudar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional. A ideia é reconhecer a Pedagogia da Alternância como possibilidade oficial de ensino nas escolas do campo. Com esse reconhecimento, poderiam ser garantidos recursos para as escolas que hoje utilizam esse método, nos orçamentos da União, governos estaduais e municipais. Participaram da discussão os deputados Zé Carlos (PT/MA), Padre João (PT/MG), Ted Conti (PSB/ES) e Heitor Schuch (PSB/RS). Hoje, no Brasil, existem 230 estabelecimentos, em 16 estados, entre Escolas Familiares Agrícolas e Casas Familiares utilizam a Pedagogia da Alternância.



A Pedagogia da Alternância foi criada por volta de 1935, por camponeses da França, com o objetivo de garantir educação aos jovens do campo, sem precisar perder o vínculo com a roça. A Alternância, incorporada no projeto das Escolas Família Agrícola foi uma saída encontrada para intercalar momentos de atividade escolar com períodos de prática no campo.

No Brasil diversas experiências de educação escolar utilizam a pedagogia da alternância como método, sendo as mais conhecidas desenvolvidas justamente pelas Escolas Família Agrícola (EFAs) e pelas Casas Familiares Rurais (CFRs). A metodologia foi usada pela primeira vez em uma escola brasileira em 1969 no Estado do Espírito Santo, onde foram construídas as três primeiras Escolas Famílias Agrícolas. O jovem alterna sessões educativas na família, na comunidade e na Casa Familiar Agrícola. A alternância acontece de forma integrada com o trabalho e o estudo, e nas duas situações há aprendizado e interação. O Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2017 depende de deliberação pelo Plenário do Senado.

Geraizeiros de Formosa do Rio Preto

A CDHM promoveu audiência pública, no dia 30/10, sobre violência contra a comunidade geraizeira de Formosa do Rio Preto, por requerimento dos deputados Frei Anastácio Ribeiro (PT/PB) e Valmir Assunção (PT/BA). Os geraizeiros são populações tradicionais que vivem em áreas de Cerrado às margens do Rio São Francisco. Cerca de 62 famílias têm sofrido ameaças de expulsão de suas terras. No ano de 2019 houve dois ataques a tiros e o Condomínio Estrondo -- fazenda de 444 mil hectares que estaria expandindo suas terras com base em títulos falsos de propriedade -- instalou guaritas nas estradas que dão acesso ao pasto, ao rio e ao município mais próximo, contratando agentes de segurança que limitam o direito de ir e vir e ameaçam a vida dos geraizeiros.



Após as graves denúncias apresentadas durante a audiência pública, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias expediu ofícios a diversos órgãos participou de diligência em Salvador sobre o assunto (*leia no QR Code ao lado íntegra do relatório*). Essa visita do Colegiado ocorreu logo após a ampla divulgação da Operação Faroeste, que afastou dois juízes que atuaram em um processo judicial promovido pelo Estado da Bahia contra os proprietários do Condomínio Estrondo. O desmantelamento do esquema de corrupção no Judiciário resultou em anulação da sentença proferida pelo juiz afastado, que havia extinguido a ação discriminatória sem julgamento do mérito. Além disso, as duas liminares de manutenção de posse em favor dos geraizeiros, que há muito tempo aguardavam cumprimento, começaram finalmente a ser executadas.

Foto: Leonardo Formentini



Violência na Amazônia

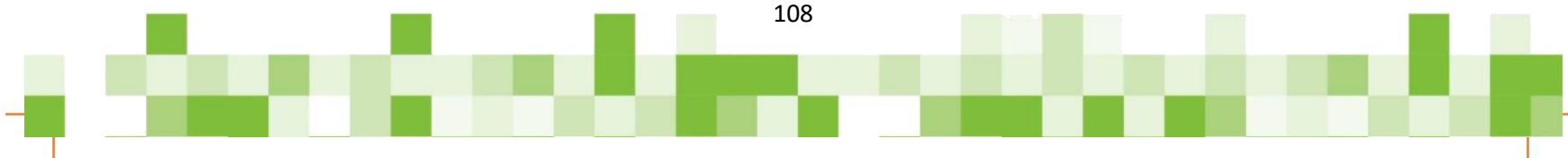
Human Rights Watch Brasil apresenta relatório na CDHM

No dia 18/9 a CDHM fez audiência pública para apresentação do relatório da Human Rights Watch Brasil sobre a violência e impunidade na Amazônia brasileira ([acesse-o pelo QR Code ao lado](#)). O relatório traz mais de 70 casos de ataques e ameaças, incluindo assassinatos, por madeireiros e grileiros, contra agentes públicos, povos indígenas e outros grupos que defendem a floresta. A pesquisa durou mais de 18 meses e entrevistou 170 pessoas, entre as quais 60 indígenas, além de moradores do Maranhão, Pará e Rondônia e de dezenas de servidores públicos em Brasília e na Amazônia. O trabalho foca na ação de quadrilhas especializadas na extração de madeira e afirma que grande parte do desmatamento na Amazônia é feito por redes criminosas que matam e fazem alianças com empresas para atingir metas. O debate foi solicitado pela deputada Érika Kokay (PT/DF).



César Muñoz, pesquisador sênior da Human Rights Watch e responsável pelo relatório, afirmou durante o encontro que esses grupos não são os únicos responsáveis pela destruição da floresta, mas são o "ator mais perigoso pela escala da destruição e porque usam da intimidação e violência contra moradores e agentes ambientais". O pesquisador acrescenta que, além de derrubar as árvores mais valiosas, as quadrilhas abrem caminho para a completa destruição da mata e, dessa forma, viram pastagens. As quadrilhas costumam agir em terras públicas. "A árvore preferida é o ipê, a extração da madeira exige uma operação logística complexa e bastante dinheiro, é preciso custear os equipamentos usados na atividade, como motosserras, tratores e caminhões. Para retirar as toras, são abertos ramais na floresta, e ele ficam semanas no mato, morando em barracos sem nenhum tipo de segurança".

O relatório "*Máfias do ipê: como a violência e a impunidade impulsionam o desmatamento na Amazônia brasileira*" documenta 28 assassinatos, a maioria ocorridos desde 2015, onde os responsáveis tinham envolvimento com a destruição da floresta e "viam suas vítimas como obstáculos às suas atividades criminosas". A maioria dos mortos era de indígenas ou membros de comunidades locais contrários à exploração ilegal de madeira.



Muñoz relata que “quando as quadrilhas não são detidas, elas retiram todas as árvores de grande valor da floresta. A mata então fica cheia de pequenas clareiras e ramais, e deixam a área secar por vários meses e, depois, ateiam fogo para limpar de vez o terreno”. Ele lembra que essa forma de atuação ganhou visibilidade nas últimas semanas com as queimadas na Amazônia que foram parar no noticiário internacional.

O relatório traz dados da Comissão Pastoral da Terra, que apontam mais de 300 pessoas assassinadas nos últimos 10 anos no Brasil, em conflitos pelo uso da terra e de recursos naturais na Amazônia. Segundo a Human Rights Watch, desses casos, apenas 14 foram julgados. Um dos casos citados no relatório foi a morte e o desaparecimento de dois trabalhadores do assentamento Terra Nossa, no Pará. Eles haviam dito que pretendiam denunciar a exploração ilegal de madeira na região. A ONG afirma que a impunidade associada aos assassinatos acontece por causa da falta de investigações adequadas pela polícia. Já a polícia afirma que isso acontece porque as mortes costumam ocorrer em áreas remotas.

Raione Campos, coordenadora da Prelazia de Itaituba da Comissão Pastoral da Terra, informa que vem de uma área do Pará, região em torno da BR 163 deveria ser uma das mais conservadas do país, mas acontece o contrário. “Agricultores são assassinados, mas os corpos nunca aparecem e as famílias são ameaçadas. Isso acontece porque o Estado brasileiro não cumpre o seu papel. O cenário é desanimador, mas não podemos silenciar, se calar diante de tudo que vem acontecendo. Existem organizações criminosas sim, e polícia que nem registra ocorrências e a impunidade começa aí”. Campos afirma ainda que o poder público, como prefeituras e justiça local são coniventes com esses crimes.

“A violência cresce na Amazônia. Violência contra os ribeirinhos, contra os quilombolas, contra os indígenas e contra os defensores do meio ambiente. Tudo por causa das mineradoras, madeireiros e o avanço do agronegócio”, denuncia Padre João (PT/MG). O parlamentar acrescenta que “essa onda cresce na medida que o governo atual corta investimentos dos órgãos de fiscalização, incentiva o desmatamento e promete anistia de multas ambientais. Chega de violência, de mortes e destruição”.

Também participou da audiência pública Nívio Silva Filho, da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) do Ministério Público Federal.

O relatório da Human Rights Watch sugere ações para acabar com a impunidade associada ao desmatamento na Amazônia. Como, por exemplo, a elaboração de um plano, coordenado pelo Ministério da Justiça e com participação da sociedade civil, para “tratar dos atos de violência e intimidação contra defensores da floresta e desmantelar as redes criminosas envolvidas no desmatamento ilegal”; criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso para identificar as redes criminosas responsáveis pelo desmatamento; apoio e a proteção aos defensores da floresta; criação de canais de comunicação para que comunidades possam denunciar o desmatamento a policiais, promotores e agentes ambientais; fim dos ataques verbais a organizações ambientais e outras ONGs, restabelecendo a colaboração entre agências de fiscalização e grupos da sociedade civil que trabalham para proteger os defensores da floresta, os direitos indígenas e o meio ambiente; adoção de todas as medidas necessárias para que o Brasil cumpra seus compromissos relacionados à mitigação das mudanças

climáticas; reparação dos danos causados aos órgãos ambientais e a garantia de que tenham autonomia, ferramentas e recursos suficientes para cumprir suas obrigações com segurança e eficácia.

Religiosos e deputados denunciam em Roma violência e destruição do meio ambiente

De 6 a 27 de outubro aconteceu no Vaticano o Sínodo para a Amazônia, com o tema “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”. O encontro de 250 bispos foi convocado em outubro de 2017, pelo Papa Francisco, e as discussões ocorreram em torno da presença da igreja na região e também a formação de padres. Bispos de nove países que fazem parte da floresta (Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname) levaram ao papa as demandas dos povos tradicionais da região. O Brasil teve a maior delegação, com 118 integrantes, sendo 56 bispos da região amazônica.

De junho de 2018 a abril de 2019 foram feitas, nos nove países que integram a região Pan-Amazônica, uma série de atividades para levantar as demandas dos povos amazônicos como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, mulheres e jovens. No total, ocorreram 57 assembleias, 21 fóruns nacionais, 17 fóruns temáticos e 179 rodas de conversa. Só no Brasil foram 182 atividades.



No dia 1/10 a CDHM fez audiência pública para ouvir religiosos e sociedade civil sobre a importância do encontro em Roma. O debate foi realizado em parceria com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) e foi solicitado pelos deputados José Ricardo (PT/AM) e Helder Salomão (PT/ES).

Na audiência, destacaram que não existem duas crises na região, uma ambiental e outra social. “É uma crise só, socioambiental. Ela é provocada pelo modelo de desenvolvimento na Amazônia, que é predatório com cinco atividades básicas que são a extração de madeira, pecuárias extensivas, mineração, monocultura e geração de energia”.

A audiência debateu também o tema do fogo, que flagelou, por três semanas em agosto, florestas e matas da região. O fogo se estendeu pelo Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, incluindo áreas da Amazônia e do Pantanal. Foi o pior mês para a Amazônia desde 2010. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o número de queimadas na região triplicou em relação a agosto do ano passado, passando de 10.421 em 2018 para 30.901 em 2019. O recorde anterior, há nove anos, foi de 45.018 focos de incêndio na parte brasileira do bioma. Esses incêndios também atingiram a tríplice fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai, e consumiram mais de 20 mil hectares de vegetação.

E, no dia 12/10, os deputados Helder Salomão (PT/ES), Bira do Pindaré (PSB/MA), Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Camilo Capiberibe (PSB/AP), Nilto Tatto (PT/SP) e Airtton Faleiro (PT/PA) acompanharam, em missão oficial da Câmara, o Sínodo no Vaticano, quando apresentaram relatório [\(acesse-o na íntegra pelo QR Code ao lado\)](#). O documento “Direitos Humanos na Amazônia Legal” traz informações detalhadas sobre informações socioeconômicas; desmatamento; queimadas; desmonte institucional; defensores de direitos humanos e meio ambiente; quilombolas e a luta pela terra; cobiça pela terra e por recursos naturais; conflitos agrários e trabalho escravo, entre outros pontos.



Assinam o relatório os deputados Helder salomão (PT/ES), presidente da CDHM; Nilto Tatto (PT/SP), coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista; Bira do Pindaré (PSB/MA), coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas; Patrus Ananias (PT/MG), coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional; Alessandro Molon (PSB/RJ), líder da oposição; Padre João (PT/MG), cordenador da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional; Joenia Wapichan Wapichana (Rede/RR), Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indigenas; Jandira Feghali (Pcdob/RJ); Airtton Faleiro Coordenador do Fórum Permanente da Amazônia; Rosa Neide (PT/MT), coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e dos Profissionais da Educação; José Ricardo (PT/AM) e Edmilson Rodrigues (PSOL/PA).

Centrais Hidrelétricas

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizou, em 29/10, Seminário conjunto com a CDHM para debater sobre o PL 1.962/2015, que dispõe sobre procedimento simplificado para o licenciamento ambiental de Pequenas Centrais Hidrelétricas. O evento foi realizado por requerimento de Joenia Wapichana (REDE/RR) e Camilo Capiberibe (PSB/SP) e Rodrigo Agostinho (PSB/SP). As PCHs são aquelas com potência entre 100 e 1.000 quilowatts (kW) e estão aumentando rapidamente, tanto em nível global como em vários rios da Bacia Amazônica. Os parlamentares mobilizam a literatura científica para demonstrar que as PCHs podem gerar grandes impactossocioambientais, individuais e de caráter cumulativos, como por exemplo as construídas na Bacia do Tapajós, em particular, nos rios Cupari e Juruena. Os impactos incluem redução dos serviços ecossistêmicos prestados pelos rios e perda de ecossistemas frágeis; perda de biodiversidade e fragmentação da conectividade fluvial; alteração no fluxo de sedimentos naturais dos rios; modificação na qualidade de vida dos povos indígenas, tradicionais e ribeirinhos; e redução das fontes naturais de proteína animal local; alteração e perda de áreas de importância cultural, de sítios históricos, arqueológicos e sagrados. O PL foi aprovado pela Comissão de Minas e Energia e aguarda deliberação pela Comissão de Finanças e Tributação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 3216-6570
cdh@camara.leg.br